



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA- UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIA - CAMPUS XIX
CAMPUS AVANÇADO DE LAURO DE LAUROS DE FREITAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

AMANDA SANTIAGO OLIVEIRA

**MODELO DE AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE IMPACTO: A ANÁLISE DOS
RELATÓRIOS FINANCEIROS DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS**

LAURO DE FREITAS
2023

AMANDA SANTIAGO OLIVEIRA

**MODELO DE AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE IMPACTO: A ANÁLISE DOS
RELATÓRIOS FINANCEIROS DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao departamento de ciências humanas e tecnologias da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel (a) em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me Tânia Ferreira dos Santos Bomfim

AMANDA SANTIAGO OLIVEIRA

**MODELO DE AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE IMPACTO: A ANÁLISE DOS
RELATÓRIOS FINANCEIROS DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Universidade do Estado da
Bahia como requisito parcial para obtenção
do título de bacharel em Ciências contábeis.

Aprovado em: 13/12/2023

BANCA EXAMINADORA

Tânia Ferreira dos Santos Bomfim
(Orientadora)

João Pereira Oliveira Júnior
(Professor Examinador)

Milton Ferreira da Silva Junior
(Professor Examinador)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha mais profunda gratidão a todos que fizeram parte desta incrível jornada durante a graduação em Ciências Contábeis. Hoje, ao alcançar este marco, é impossível não refletir sobre a significativa contribuição de cada um de vocês para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Aos nossos professores, que com dedicação e paixão compartilharam seus conhecimentos, agradeço por serem fontes inesgotáveis de inspiração. Suas orientações não apenas enriqueceram minha compreensão sobre contabilidade, mas também moldaram meu pensamento crítico e minha abordagem profissional.

Aos colegas de classe, que se tornaram amigos inseparáveis ao longo desses anos, agradeço por compartilharmos risos, desafios e conquistas. Nossas experiências juntas foram fundamentais para o fortalecimento do espírito de equipe e para a construção de laços que espero manter ao longo da minha carreira.

À minha família, cujo apoio incansável foi o alicerce que sustentou cada passo dessa jornada, expresso minha eterna gratidão. Seu encorajamento constante foi a luz que guiou meus esforços e me motivou a superar todos os obstáculos.

Por fim, agradeço a mim mesmo por cada desafio superado, por cada noite de estudo e por cada momento de autodescoberta. Este percurso foi árduo, mas cada desafio enfrentado contribuiu para a formação da profissional que sou hoje.

Às vezes, o caminho pode ter sido difícil, mas é nos desafios que encontramos as maiores oportunidades de crescimento. Olhando para trás, sinto-me grata por cada aprendizado e cada obstáculo superado, pois sei que essas experiências moldaram não apenas meu conhecimento técnico, mas também minha resiliência e determinação.

A todos que fizeram parte dessa jornada, meu sincero agradecimento. Este é apenas o começo de uma carreira que promete desafios e realizações, e levo comigo as lições aprendidas e as conexões valiosas que formamos ao longo desses anos.

Com gratidão,

"Os inimigos de um povo são aqueles que os mantêm em ignorância"

(Thomas Sankara)

"Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão."

(Paulo Freire)

RESUMO

A presente pesquisa teve como principal objetivo inserir no ambiente contábil gerencial uma análise sobre os relatórios de impacto, com a finalidade de responder a seguinte pergunta: será que os relatórios financeiros das Organizações Não Governamentais (ONGs) podem ser padronizados em conformidade a um modelo de avaliação e mensuração de impacto eficaz, a fim de melhorar a transparência, eficiência e prestação de contas no Terceiro Setor? A análise foi realizada com a amostragem de dez ongs selecionadas sobre o critério de terem sido premiadas com o título de “Melhores Ongs” na categoria de pequeno porte entre os anos de 2018 - 2022. Como método de obtenção de resultados, utilizou-se de parâmetros como O conteúdo dos elementos fundamentais (Missão, visão, valores e entre outros) contidos nos relatórios de impacto das Ongs selecionadas conforme dito anteriormente. De modo geral, os resultados apontam a ausência de alguns elementos essenciais em alguns dos relatórios obtidos e analisados das 10 Ongs selecionadas, assim como a inexistência de adoção de abordagens metodológicas sólidas, respaldadas por princípios científicos, contidas nos relatórios de impacto, se fazendo necessário propor um modelo de relatório de impacto destinados a pequenas ongs que tenham aplicabilidade nas esferas de educação, assistência social e desenvolvimento comunitário.

Palavras-chave: Contabilidade Gerencial; Relatórios de Impacto; Padronização de Relatórios Financeiros; Transparência no Terceiro Setor; Avaliação de ONGs de Pequeno Porte.

ABSTRACT

The main objective of this research was to insert an analysis of impact reports into the management accounting environment, with the purpose of answering the following question: can the financial reports of Non-Governmental Organizations (NGOs) be standardized in accordance with a model of effective impact assessment and measurement in order to improve transparency, efficiency and accountability in the Third Sector? The analysis was carried out with a sample of ten NGOs selected based on the criterion of having been awarded the title of "Best NGOs" in the small category between the years 2018 - 2022. As a method of obtaining results, we used parameters such as The content of the fundamental elements (Mission, vision, values, among others) contained in the impact reports of the selected NGOs as previously stated. In general, the results point to the absence of some essential elements in some of the reports obtained and analyzed from the 10 selected NGOs, as well as the lack of adoption of solid methodological approaches, supported by scientific principles, contained in the impact reports, if necessary propose an impact report model for small NGOs that has applicability in the spheres of education, social assistance and community development.

Keywords: Management Accounting; Impact Reports; Standardization of Financial Reports; Transparency in the Third Sector; Assessment of Small NGOs.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1	TERCEIRO SETOR: AVANÇOS E DESAFIOS	11
2.2	ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS EM ENTIDADES FILANTRÓPICAS	17
2.3	AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS NOS RELATÓRIOS DE IMPACTO	20
2.4	ESTRUTURAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS	21
2.4.1	Métricas para as Ongs	21
2.4.2	Métricas para programas sociais	24
2.4.2.1	Redução da pobreza e renda média	24
2.4.2.2	Taxa de emprego	27
2.4.2.3	Empoderamento econômico, acesso a recursos financeiros e sustentabilidade financeira	29
2.5	CERTIFICADOS E PADRÕES: SELO DOAR, PHOMENTA E O PRÊMIO MELHORES ONGS	36
3	METODOLOGIA	38
3.1	FASES DA PESQUISA	38
3.1.1	Classificação	38
3.1.2	Procedimentos Metodológicos	40
3.1.2	Análise de conteúdo	42
4	ANÁLISE DO RELATÓRIO DE IMPACTO: PILARES ESSENCIAIS PARATRANSPARÊNCIA E EFETIVIDADE	43
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52

1. INTRODUÇÃO

No contexto complexo e multifacetado do Terceiro Setor, as entidades não governamentais amostradas por este estudo desempenham um papel crucial na busca por soluções e melhorias nas condições sociais. Tal questão desencadeia o enfrentamento de desafios crescentes, tendo em vista a necessidade de gerir recursos financeiros de maneira eficaz e, ao mesmo tempo, avaliar o impacto de seus programas e projetos sociais. A exemplo a Administração de Recursos Financeiros em Entidades Filantrópicas é uma questão de extrema relevância, uma vez que essas organizações dependem, em grande parte, de doações e recursos para a consecução de seus objetivos de beneficiar comunidades vulneráveis e promover mudanças sociais positivas.

No entanto, a eficácia da gestão financeira nas entidades filantrópicas não pode ser medida apenas pela sua capacidade de arrecadar fundos, sendo necessário também aferir a maneira como esses recursos são alocados e utilizados para o desenvolvimento e a execução de programas e projetos sociais. Nesse contexto, a Avaliação de Programas e Projetos Sociais ganha destaque como uma ferramenta fundamental para compreender o impacto das ações realizadas pelas organizações filantrópicas.

Os Relatórios de Impacto desempenham um papel crucial na divulgação dos resultados das avaliações, fornecendo informações valiosas sobre o alcance das metas, os desafios enfrentados e os benefícios proporcionados às comunidades atendidas. Portanto, este estudo se propõe a investigar a intersecção entre a Administração de Recursos Financeiros em Entidades Filantrópicas e a Avaliação de Programas e Projetos Sociais, com foco na relevância dos Relatórios de Impacto como instrumento de transparência e prestação de contas.

Neste texto, exploraremos, em detalhes, os desafios enfrentados pelas organizações do Terceiro Setor na gestão financeira; a importância da avaliação de programas e projetos sociais como ferramenta de melhoria contínua e a contribuição dos Relatórios de Impacto na comunicação dos resultados alcançados. Além disso, examinaremos exemplos práticos e melhores práticas para ilustrar como esses conceitos se entrelaçam na busca por um Terceiro Setor mais eficaz e impactante.

Nesse direcionamento, ergue-se, como questão direcional, o estudo de como os relatórios financeiros das Organizações Não Governamentais (ONGs) podem ser padronizados a um modelo de avaliação e mensuração de impacto eficaz, a fim de

melhorar a transparência, eficiência e prestação de contas no Terceiro Setor? Tratando dos objetivos, de modo geral, este trabalho busca investigar os relatórios de impacto e a gestão de recursos financeiros em organizações do Terceiro Setor que atuam como programas sociais. De forma específica, pretende-se:

Realizar uma revisão da literatura sobre o Terceiro Setor, destacando seu papel na sociedade e as especificidades da administração de recursos financeiros em entidades filantrópicas.

Analisar as práticas de gestão de recursos financeiros adotadas por organizações do Terceiro Setor, identificando desafios e boas práticas.

Avaliar a presença e a qualidade dos relatórios de impacto produzidos por entidades do Terceiro Setor, identificando lacunas e áreas de melhoria.

Propor recomendações a gestão de programas e projetos sociais em seus relatórios de impacto, visando aprimorar sua atuação e transparência.

A avaliação de programas e projetos sociais é uma ferramenta fundamental para medir o impacto das intervenções no Terceiro Setor. No entanto, a maneira como essa avaliação é conduzida e refletida nos relatórios de impacto pode variar significativamente. Esta pesquisa visa examinar como as organizações do Terceiro Setor abordam a avaliação de seus programas e projetos sociais, identificar as melhores práticas e analisar como os resultados dessa avaliação são comunicados por meio de relatórios de impacto.

Em resumo, este texto tem sua relevância pautada na busca em preencher uma lacuna no entendimento da administração de recursos financeiros em entidades filantrópicas e na avaliação de programas e projetos sociais no Terceiro Setor. Ao abordar essas questões, espera-se contribuir para o aprimoramento da gestão e do impacto das organizações filantrópicas, beneficiando diretamente as comunidades atendidas por essas entidades. Além disso, a pesquisa pode fornecer insights valiosos para gestores, formuladores de políticas públicas e do Terceiro Setor, bem como para a academia, influenciando o desenvolvimento de estratégias mais eficazes no contexto da gestão social.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 TERCEIRO SETOR: AVANÇOS E DESAFIOS

As organizações sociais que fazem parte do Terceiro Setor, atualmente, não são uma invenção dos séculos XX ou XXI. Na Europa, América do Norte e até mesmo na América Latina, os movimentos associativos têm suas raízes nos séculos XVI e XVII, inicialmente com motivações religiosas ou políticas, sendo que essa dinâmica permaneceu relativamente estável nos séculos seguintes. No entanto, a partir do século XVIII, começaram a surgir as primeiras associações patronais e sindicatos de trabalhadores, que posteriormente deram origem aos primeiros partidos políticos dedicados à defesa de seus interesses, no âmbito das políticas públicas estatais. O início da Segunda Guerra Mundial trouxe transformações políticas e sociais significativas em todo o mundo, abrindo caminho para a entrada de novos agentes sociais na cena política e social.

De acordo com Albuquerque (2006, p. 21), na América Latina, durante os anos 1970, as organizações da sociedade civil desempenharam um papel fundamental na luta pela redemocratização dos países, envolvendo-se em ações voltadas para o desenvolvimento comunitário, oferecendo assistência e serviços nas áreas de consumo, educação e saúde. Na década seguinte, os governos da região começaram a adotar regimes democráticos, mas enfrentaram crises econômicas e altas taxas de inflação. Para resolver esses problemas, adotaram políticas de desenvolvimento neoliberais, o que exacerbou a pobreza nos países em desenvolvimento e resultou no crescimento do setor de economia informal. Isso também levou ao aumento do ceticismo em relação ao Banco Mundial e às instituições internacionais em relação ao destino dos recursos destinados a programas sociais.

As organizações voluntárias, que têm raízes na sociedade civil, desempenharam um papel ativo na vida social. Inicialmente, essas organizações estavam, muitas vezes, ligadas a contextos religiosos e étnicos. Existem registros indicativos de que as entidades filantrópicas, frequentemente concentradas em áreas como a educação, incluindo orfanatos e educandários, assim como instituições voltadas para a saúde, como as Santas Casas de Misericórdia, foram estabelecidas durante o período conhecido como Brasil Colônia.

No Brasil a partir das décadas de 1970 e 1980 do século XX, a sociedade civil começou a desempenhar um papel fundamental, como intermediária entre as necessidades sociais e o Estado. Isso se deu por meio dos movimentos sociais, que desempenharam um papel ativo na derrubada da ditadura militar e, posteriormente, na promoção da redemocratização do país. Com a consolidação dessas conquistas na Constituição Federal de 1988, testemunhamos um aumento significativo no número de organizações dedicadas a abordar questões mais específicas.

Nos anos 1990, foi promulgada a Lei do Terceiro Setor, que instituiu a qualificação conhecida como "Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público" (OSCIPs) no Brasil em 1999. Essa certificação permitiu que as organizações da sociedade civil obtivessem acesso a recursos adicionais por meio de um Termo de Parceria estabelecido entre elas e o Poder Público para a realização de seus objetivos, ao mesmo tempo em que assumiam compromissos relacionados à transparência administrativa. Ao colaborar com a sociedade brasileira, o terceiro setor se estabeleceu como uma alternativa na prestação de serviços relacionados às necessidades sociais que, em princípio, eram de responsabilidade exclusiva do Estado.

O terceiro setor, conceituado como o domínio das organizações sem fins lucrativos e não governamentais, emerge como uma esfera crucial na contemporaneidade, desempenhando um papel significativo na promoção do bem-estar social e no preenchimento de lacunas deixadas pelos setores público e privado. Esta vasta e heterogênea categoria de entidades, que inclui desde organizações filantrópicas, fundações, até instituições beneficentes e ONGs, se destaca pela sua natureza intersticial, situando-se entre os setores estatais e mercadológicos. A crescente importância do terceiro setor nas dinâmicas sociais e econômicas instiga uma análise aprofundada de suas características distintivas, dinâmicas internas e contribuições para a construção de sociedades mais equitativas e participativas.

A discussão acadêmica e conceitual em torno do Terceiro Setor é relativamente recente, especialmente em países em desenvolvimento. No entanto, alcançou um nível significativo de reflexão no meio acadêmico. Pesquisadores têm se dedicado a analisar e compreender a identidade desse campo específico. O Terceiro Setor, sob a perspectiva desses estudiosos, apresenta características distintas. Há uma distinção sutil entre aqueles que investigam o Terceiro Setor e aqueles que atuam nele, o que

tem contribuído para a expansão do conhecimento. Por outro lado, essa diferenciação também pode levar a conflitos entre os pesquisadores e os líderes do Terceiro Setor.

Atualmente, um dos maiores desafios enfrentados no âmbito do conhecimento do Terceiro Setor é a sua integração nas disciplinas tradicionais, promovendo uma interação entre essas disciplinas e a construção de bases teóricas sólidas. Isso é importante para evitar que o estudo do Terceiro Setor se limite a análises de casos isolados, sem uma reflexão mais aprofundada. Embora os estudos de caso sejam extremamente valiosos, não são suficientes para o desenvolvimento desse novo campo de conhecimento.

A expressão "Terceiro Setor" foi originada da tradução do termo em inglês "third sector" e nos Estados Unidos é frequentemente usada em conjunto com outras denominações, como "organizações sem fins lucrativos" (nonprofit organizations) ou "setor voluntário" (voluntary sector).

No Brasil, as Organizações Não Governamentais (ONGs) possuem personalidade jurídica de direito privado e podem adotar diversas formas legais, incluindo associações, fundações, organizações religiosas e partidos políticos.

Apesar da considerável heterogeneidade entre as ONGs, que abrange uma ampla gama de características, como diversidade em termos de tamanho, objetivos específicos, recursos financeiros, etc., destacam-se algumas características comuns a essas organizações:

1. Ausência de proprietários;
2. Desfrutam de autonomia decisória;
3. Desempenham um papel parcial na complementação das responsabilidades do Estado em atender a determinadas necessidades sociais;
4. Possuem uma estrutura organizacional e uma presença institucional;
5. São estabelecidas com base no interesse social, com o propósito de promover benefícios para a sociedade;
6. Atuam como agentes econômicos;
7. Dependem da obtenção de recursos para sua própria subsistência e a manutenção de suas atividades, os quais podem ser provenientes de fontes públicas e/ou privadas;

8. Não realizam distribuição de lucros ou resultados entre seus membros ou colaboradores, reinvestindo eventuais excedentes financeiros;

9. Podem beneficiar-se de incentivos fiscais, de acordo com a legislação vigente.

Exemplos de ONGs incluem hospitais filantrópicos, organizações ambientalistas, sindicatos, associações esportivas, entidades religiosas e associações de moradores.

Conforme destacado por Soares & Ferraz (2007, p. 40-42), o Brasil abriga cerca de 300 mil instituições no Terceiro Setor, movimentando aproximadamente R\$ 12 milhões em recursos provenientes de prestação de serviços, venda de produtos e doações. Esse montante representa cerca de 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, evidenciando um crescimento notável. Em comparação, o Terceiro Setor já equivale a 6% do PIB em países da União Europeia e nos Estados Unidos. Atualmente, quase 1,5 milhão de indivíduos trabalham no Terceiro Setor, embora apenas 7% atuem como voluntários. Essa figura é relativamente nova nas dinâmicas econômicas e sociais.

Hoje em dia, referimo-nos a empreendedores e seus colaboradores diretos que assumem uma "responsabilidade social" por meio de seus projetos, empresas e um considerável número de seus funcionários.

Outro ponto relevante a ser enfatizado diz respeito à melhoria das condições de trabalho nas organizações voluntárias. Para alcançar esse objetivo, é fundamental a aprovação de legislação que defina claramente o papel do trabalho voluntário, facilitando o desenvolvimento e promovendo uma abordagem mais profissional por parte dos voluntários. Além disso, é necessário fornecer suporte técnico e acadêmico para a capacitação de novos profissionais nesse campo.

Montaño (2002) argumenta que uma parte significativa da população, incluindo os educadores, tende a acreditar que as Organizações Não Governamentais (ONGs) são a solução para a pobreza e miséria que aflige o mundo contemporâneo. No entanto, ele ressalta que, na realidade, essas organizações tendem a profissionalizar a assistência social, explorar o voluntariado e contribuir para a erosão das políticas de cidadania baseadas nos direitos sociais construídos ao longo de séculos. O autor claramente busca provocar uma discussão que leve a repensar o alcance e as ações

do Terceiro Setor, especialmente no que se refere aos procedimentos políticos e operacionais.

A literatura acadêmica exemplificada e referenciada a seguir, apresenta alguns estudos baseados em pesquisas científicas que corroboram, em parte, a visão de Montaña (2002). Isso é evidenciado tanto pelos dados coletados de órgãos governamentais quanto pelas Organizações do Terceiro Setor. Esses estudos se concentram nas relações entre as organizações do Terceiro Setor e o governo, questões de gestão e estratégias de captação de recursos para as organizações privadas de interesse público que visam o bem-estar social.

É inegável que as organizações que compõem o Terceiro Setor exerceram influência na sua própria formação, contribuindo com sua identidade e valores compartilhados na sociedade. Elas se afastaram das práticas assistencialistas, promovendo e defendendo os direitos individuais e sociais. No entanto, o formato e o papel atual do Terceiro Setor frequentemente não atendem às expectativas das ONGs que originalmente o moldaram (FALCONER, 1999). De acordo com Falconer (1999), essas organizações se opuseram e se mantiveram à margem do desenvolvimento do espaço conhecido como Terceiro Setor.

A fim de alcançar um consenso na reformulação do Marco Legal do Terceiro Setor, a Comunidade Solidária coordenou, em 1997, o processo de Interlocação Política, envolvendo representantes das Organizações da Sociedade Civil e do governo (FERRAREZI, 2001). No entanto, embora tenham ocorrido seis rodadas de consenso para a definição do novo Marco Legal do Terceiro Setor, houve pouca adesão à Lei nº 9790/99 (ALVES; KOGA, 2003). Isso é confirmado pelos dois casos mencionados a seguir.

Considerando que, em 06 de Outubro de 2023, havia apenas 815,676 mil organizações registradas no Ministério da Justiça com a certificação OSCIP (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2023) sendo que 39,66 % está concentrado na região nordeste e a região Norte é de apenas 6,85%, para efeitos de comparação em consideração que, no ano de 2016, havia 236,950 mil FASFIL (IBGE, 2016), e importante destacar que apenas 12,77% está focado em desenvolvimento e defesa de direitos.

Alves e Koga (2003) conduziram uma pesquisa com uma amostra selecionada dentre as 415 primeiras Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) criadas no Brasil. Essas organizações foram qualificadas no período que se

estendeu de 24 de março de 1999, quando a Lei nº 9790/99 entrou em vigor, até 25 de março de 2002. Os resultados indicam a existência de uma resistência por parte das Organizações do Terceiro Setor em relação à legislação, o que pode ser atribuído a um processo de inércia organizacional.

Como relatado por Alves e Koga (2003), inicialmente, houve uma aproximação entre o governo e as ONGs por meio do Conselho da Comunidade Solidária, naquela época com a participação da ABONG. No entanto, a Lei das OSCIPs, tal como foi promulgada, não correspondia ao que havia sido discutido e acordado previamente. Isso levou as ONGs a manterem uma posição de oposição ideológica ao governo. Da mesma forma, as organizações mais tradicionais e numerosas do Terceiro Setor não encontraram incentivos convincentes para aderir à nova lei, em comparação com a situação existente naquele momento.

Outro indício que aponta para a inadequação das leis e iniciativas governamentais para sustentar as ações sociais do setor foi a gradual extinção do Programa Comunidade Solidária, que anteriormente estava vinculado ao Ministério da Segurança Alimentar (MESA), passando a ser substituído pelo Programa Fome Zero como seu carro-chefe (PERES, 2005).

Outro tema crítico e frequente que afeta as organizações do Terceiro Setor diz respeito às fontes de financiamento das ações sociais. A Articulação D3 (Diálogo, Direitos e Democracia), em colaboração com o Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social (INSTITUTO FONTE, 2012), conduziu uma pesquisa intitulada "Investigações sobre a conjuntura dos investimentos das organizações internacionais no campo social brasileiro no período de 2008-2010". Esta pesquisa utilizou uma amostra composta por 41 organizações internacionais que investiram no campo social brasileiro, sendo a maioria delas dos Estados Unidos da América, representando 34%. À exceção de uma organização do Canadá, as demais eram provenientes de países europeus, com França, Alemanha e Inglaterra contribuindo com 30% do total.

Os resultados desse estudo indicam que, entre os anos de 2007 e 2010, houve um aumento considerável nos recursos alocados para o Brasil. Contudo, nesse período, também foi observada uma tendência de crescimento no número de organizações que reduziram seus investimentos. Posteriormente, entre os anos de 2009 e 2010, houve uma queda significativa de 18,7% nos recursos destinados ao Brasil. As principais razões apresentadas pelas organizações para a diminuição ou retirada de investimentos no país foram:

1. A crise econômica global de 2008 a 2009;
2. Uma mudança de prioridades e/ou interesses em outras regiões do mundo;
3. O alto nível de desenvolvimento econômico e social do Brasil;
4. Mudanças na estratégia de atuação das organizações;
5. O potencial crescente de captação de recursos internamente e a perspectiva de autossustentabilidade no campo social brasileiro;
6. O alcance dos objetivos com melhorias na problemática em foco.

2.2 ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS EM ENTIDADES FILANTRÓPICAS

As organizações pertencentes ao Terceiro Setor, embora tenham como principal característica a ausência de objetivos lucrativos, enfrentam a necessidade de gerenciar cuidadosamente os recursos provenientes de fontes governamentais e de doações. Essa gestão eficaz é essencial para otimizar a utilização desses recursos e evitar desperdícios, ao mesmo tempo em que garantem o pleno funcionamento da organização. Isso possibilita que essas entidades demonstrem seus resultados de maneira mais eficaz, transparente e compreensível. (Ribeiro; Timóteo, 2012).

Para efetuar essa gestão de recursos de forma eficiente, é imprescindível a implementação de controles internos, que podem ser categorizados em controles administrativos e controles contábeis. Os controles internos administrativos englobam os procedimentos e métodos utilizados para melhorar a eficiência operacional e garantir a conformidade com políticas administrativas.

Por outro lado, os controles internos contábeis estão voltados para a proteção dos ativos da organização, a apresentação precisa de dados financeiros e a validação da integridade desses registros. Portanto, os controles internos representam medidas adotadas pelas organizações para salvaguardar seu patrimônio, assegurando a precisão dos registros financeiros e fornecendo informações sólidas que embasem a tomada de decisões. (Ribeiro; Timóteo, 2012).

Os recursos financeiros desempenham um papel de extrema importância no processo de profissionalização das organizações filantrópicas. Isso se deve a diversas razões:

Primeiramente, essas organizações operam com recursos provenientes da sociedade em geral, o que implica que qualquer prejuízo financeiro afetaria a própria sociedade que as apoia. Em segundo lugar, a isenção de tributos requer uma prestação de contas rigorosa por meio de relatórios financeiros transparentes, o que é essencial para manter a confiança dos doadores e das autoridades fiscais.

Além disso, é importante considerar que muitos casos de fraude envolvendo organizações filantrópicas têm como alvo o desvio de recursos públicos, tornando a gestão financeira ainda mais crítica. Por último, mas não menos importante, é fundamental reconhecer que as auditorias e fiscalizações frequentemente começam pela análise da área financeira.

Nesse contexto, o conhecimento em contabilidade desempenha um papel crucial. A contabilidade é uma disciplina que se concentra no estudo do patrimônio das organizações, tanto com fins lucrativos quanto sem fins lucrativos. A definição fornecida pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI (2007) descreve a contabilidade como um sistema de informação e avaliação que visa fornecer demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade relacionadas à entidade que está sendo contabilizada.

De acordo com Marion (2006), a contabilidade é um instrumento essencial que auxilia a administração na tomada de decisões. Ela coleta, mensura, registra e resumidamente apresenta todos os dados econômicos, que são então transformados em relatórios ou comunicados que contribuem significativamente para a tomada de decisões.

Em relação à prestação de contas, Oliveira (2009) esclarece a existência de dois tipos distintos: a prestação de informações financeiras e a prestação de informações não financeiras. A primeira refere-se à divulgação do destino e uso dos recursos financeiros, enquanto a segunda concentra-se nos resultados alcançados com a aplicação desses recursos, ou seja, nos desempenhos em relação à missão da organização.

No que diz respeito à prestação de contas financeira no terceiro setor, determinadas informações podem ser comunicadas por meio de demonstrativos contábeis. De acordo com a Resolução CFC nº 1.409/12, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e que ratifica a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, as entidades sem finalidade de lucros devem elaborar as seguintes

demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração de Superávit ou Déficit do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas.

É evidente que as demonstrações contábeis no terceiro setor compartilham semelhanças substanciais com aquelas aplicadas no setor privado, seguindo as normas internacionais de contabilidade. A contabilidade das organizações sem fins lucrativos deve, portanto, aderir aos mesmos critérios e princípios contábeis adotados pelas entidades empresariais. No entanto, é crucial observar que a Norma Brasileira de Contabilidade para Entidades Sem Finalidade Lucrativa (NBCT 10.19 do CFC/1999) introduziu algumas modificações, especialmente na nomenclatura das contas no terceiro setor. Por exemplo, o termo "patrimônio social" deve ser utilizado em substituição a "patrimônio líquido", e é necessário considerar "superávit" ou "déficit" em vez de "lucro" ou "prejuízo" do exercício.

A diversidade de usuários das entidades do terceiro setor tem gerado outras demandas por relatórios específicos. Muitas organizações sem fins lucrativos, como parte de sua responsabilidade perante as partes interessadas, desenvolvem orçamentos internos e processos de planejamento estratégico. As equipes gerenciais dessas entidades elaboram um orçamento anual, geralmente aprovado pelo conselho, que pode então monitorar o desempenho organizacional, comparando os valores orçados com os realizados decorrentes da execução do plano orçamentário aprovado. Em determinadas situações, o conselho pode autorizar despesas adicionais (KEATING; FRUMKIN, 2003; SLOMSKI et al., 2012).

A prestação de contas pode ser categorizada em três dimensões distintas: (a) para cima, (b) interna e (c) para baixo. Segundo Edwards e Hulme (1996) e Ebrahim (2005), a prestação de contas para cima visa atender aos grupos que financiam organizações do terceiro setor, como governos, empresas e doadores individuais. Em contraste, na perspectiva de Najam (1996), a prestação de contas interna leva em consideração os recursos humanos e a missão organizacional, enquanto a prestação de contas para baixo é direcionada aos grupos que recebem os serviços prestados pelas entidades, ou seja, beneficiários ou comunidades impactadas pelos programas.

Além disso, Roberts (2001) classifica a prestação de contas em hierárquica e holística. A primeira está centrada nas exigências externas dos financiadores, cujo controle exerce pressão constante sobre as organizações do terceiro setor para demonstrarem resultados obtidos.

Em contrapartida, segundo O'Dwyer e Unerman (2008), a "responsabilização holística" refere-se a formas mais abrangentes de responsabilidade, nas quais as organizações comunicam os impactos de suas ações a diversos grupos de interessados, visando o cumprimento da missão. Nesse contexto, conforme Ebrahim (2003), a literatura sobre comportamento organizacional, em particular a teoria das partes interessadas (também conhecida como teoria dos stakeholders), desempenha um papel influente nas discussões sobre a prestação de contas nas entidades do terceiro setor. A corrente específica dessa teoria considerada neste estudo enfatiza que todos os usuários que influenciam ou são impactados pelas atividades ou serviços de uma entidade devem receber informações igualitárias sobre as ações realizadas pelas organizações.

Esses relatórios têm a capacidade de auxiliar as organizações na aprimoração de sua reputação e confiabilidade, por meio da prática da transparência. Transparência, nesse contexto, implica simplesmente em divulgar amplamente para a população e demais partes interessadas os detalhes dos projetos realizados, os resultados alcançados e o número de pessoas beneficiadas por meio das atividades sociais.

Como afirmado por Olak (2006, p. 23), "por diversos motivos, as entidades sem fins lucrativos no Brasil historicamente não priorizavam a transparência". No entanto, essa realidade, de falta de clareza e de informações, está passando por transformações significativas e continuará a evoluir. Isso ocorre porque os doadores estão se tornando mais exigentes e as organizações sem fins lucrativos estão cada vez mais conscientes da importância da transparência para conquistar a confiança e a credibilidade necessárias.

Diante do cenário desafiador que permeia as entidades filantrópicas, a administração eficiente dos recursos financeiros revela-se como um elemento crucial para garantir não apenas a sustentabilidade, mas também a maximização do impacto social. A interseção entre a gestão financeira e a avaliação de programas e projetos sociais torna-se evidente na busca por uma atuação mais estratégica e responsável. Ao integrar a administração de recursos financeiros às práticas de avaliação presentes nos relatórios de impacto, as organizações filantrópicas podem não apenas otimizar a alocação de recursos, mas também aprimorar a eficácia e eficiência de suas iniciativas sociais.

2.3 AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS NOS RELATÓRIOS DE IMPACTO

O agrupamento de projetos com objetivos comuns é conhecido como programa. Esse programa "determina as prioridades da intervenção, identifica e classifica os projetos, define o escopo institucional e aloca os recursos a serem empregados". Por sua vez, o plano agrega programas relacionados, estabelecendo um contexto mais abrangente para a intervenção:

Um plano é a soma dos programas que procuram objetivos comuns, ordena os objetivos gerais e os desagrega em objetivos específicos, que constituirão por sua vez os objetivos gerais dos programas. Ele determina o modelo de alocação de recursos resultante da decisão política e dispõe as ações programáticas em uma sequência temporal de acordo com a racionalidade técnica das mesmas e as prioridades de atendimento (...). O plano inclui a estratégia, isto é, os meios estruturais e administrativos, assim como as formas de negociação, coordenação e direção. (COHEN e FRANCO, 1993: 86)

De forma simplificada, podemos afirmar que o plano engloba o programa, que, por sua vez, abarca o projeto. Isso implica que esses diferentes níveis de agregação devem ser considerados ao analisar uma intervenção. Por exemplo, é inadequado avaliar um programa sem levar em consideração os projetos que o compõem, da mesma forma que é insuficiente avaliar um projeto sem considerar sua relação com uma iniciativa mais ampla.

A pesquisa de avaliação desempenha diversos papéis, incluindo a orientação de ajustes em programas em execução, a avaliação do grau de realização dos objetivos previamente definidos, a identificação das razões por trás dos sucessos e fracassos de um programa, bem como a investigação dos efeitos inesperados (positivos ou negativos) da intervenção.

Costa e Castanhar (2003) destacam a complexidade conceitual que continua a prevalecer neste campo, evidenciada pela diversidade de tipos de avaliação e pela variedade de critérios apontados por estudiosos da área. Essas questões e elementos estão interligados e sua separação é desafiadora. Vários fatores influenciam a escolha do tipo de avaliação a ser aplicado, incluindo recursos financeiros, os objetivos da avaliação e a fase em que o projeto se encontra. A avaliação deve abranger as três fases do projeto: planejamento, implementação e resultados, sem se limitar a esses aspectos. Os diversos tipos de avaliação abordam as questões essenciais que surgem

ao elaborar uma proposta de avaliação: o que avaliar, quando avaliar, quem faz a avaliação, por que avaliar e para quem.

Para enfrentar as questões sociais, é necessário mais do que simplesmente o desejo de acertar. É fundamental buscar competência técnica na proposição, condução e avaliação de intervenções no âmbito social. Essa competência pode ser adquirida por meio da capacitação dos profissionais envolvidos, da contratação de consultores externos ou da colaboração com especialistas. No entanto, vale ressaltar que isso não implica necessariamente na elaboração de soluções ambiciosas ou complexas para os problemas sociais em questão. Muitas vezes, soluções simples e criativas são mais realistas e adequadas.

Isso nos leva a considerar as diferentes abordagens metodológicas que podem ser adotadas na avaliação. Os aspectos relevantes a serem considerados ao avaliar uma intervenção social devem ir além daqueles tradicionalmente valorizados, como economia, eficiência e eficácia, sob uma perspectiva objetiva.

2.4 ESTRUTURAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS

2.4.1 Métricas para ongs

A gestão de projetos é uma disciplina fundamental em organizações de todos os tipos, desde empresas e agências governamentais até organizações sem fins lucrativos e equipes de pesquisa. Em um ambiente de negócios cada vez mais competitivo, a capacidade de planejar, executar e monitorar projetos de maneira eficaz tornou-se crucial para o sucesso organizacional. No entanto, para avaliar o progresso, o desempenho e a eficácia de um projeto, é necessário utilizar métricas apropriadas. As métricas de projetos desempenham um papel central na avaliação do cumprimento de metas, identificação de áreas de melhoria e tomada de decisões informadas. Para estruturar as métricas de determinada ação se faz necessário compreender algumas métricas e os espaços em que estes possam estar inseridos, desta forma selecionei alguma das métricas que são pertinentes nas atividades das Organizações Não governamentais:

1. Métricas de Resultados:

- Receita: Medir o impacto financeiro de um projeto, programa ou ação é uma métrica fundamental para organizações com fins lucrativos. Isso inclui o aumento de vendas, a redução de custos ou qualquer alteração nas finanças.

- Retorno sobre Investimento (ROI): Esta métrica calcula o valor obtido em relação ao investimento feito. É uma maneira de determinar se o impacto justifica os recursos investidos.

2. Métricas Sociais:

- Número de beneficiários: Quantas pessoas foram impactadas diretamente por uma ação ou programa? Isso é crucial para organizações sem fins lucrativos e governos que buscam melhorar a qualidade de vida das pessoas.

- Satisfação do cliente: Avaliar a satisfação dos clientes ou beneficiários é importante para entender o impacto de um produto ou serviço.

3. Métricas Ambientais:

- Pegada de carbono: Medir as emissões de gases de efeito estufa associadas a uma ação ou projeto é fundamental para avaliar seu impacto no meio ambiente.

- Consumo de recursos naturais: A quantificação do uso de recursos, como água, energia e matérias-primas, ajuda a compreender o impacto ambiental de uma atividade.

4. Métricas de Saúde:

- Taxa de mortalidade: Em intervenções de saúde pública, a redução na taxa de mortalidade é uma métrica crítica.

- Expectativa de vida saudável: Medir o aumento na expectativa de vida sem doenças é importante para avaliar o impacto de programas de saúde.

5. Métricas de Educação:

- Taxas de conclusão: Em programas educacionais, a porcentagem de estudantes que completam com sucesso um curso ou grau é uma métrica fundamental.

- Melhoria no desempenho acadêmico: Medir o aumento no desempenho dos alunos em testes padronizados é uma maneira de avaliar o impacto de intervenções educacionais.

6. Métricas de Desenvolvimento Sustentável:

- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Este índice combina métricas de renda, saúde e educação para avaliar o desenvolvimento humano em uma região ou país.

- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Acompanhar o progresso em direção aos ODS estabelecidos pelas Nações Unidas é uma maneira de medir o impacto das ações em nível global.

7. Métricas Qualitativas:

- Estudos de caso: Narrativas detalhadas e estudos de caso podem ajudar a ilustrar o impacto de uma maneira mais qualitativa e aprofundada.

- Feedback dos stakeholders: Entender as percepções e opiniões dos envolvidos pode oferecer informações valiosas sobre o impacto percebido.

8. Recursos Humanos:

- Taxa de Utilização da Equipe: Acompanha o quanto os recursos humanos alocados ao projeto estão sendo utilizados efetivamente.

- Rotatividade da Equipe: Mede a taxa de entrada e saída de membros da equipe, o que pode impactar o progresso do projeto.

9. Comunicação:

- Efetividade da Comunicação: Avalia a eficácia da comunicação entre as partes interessadas, o que é essencial para a colaboração e o alinhamento no projeto.

10. Custo (Orçamento):

- Orçamento Real vs. Orçamento Planejado: Acompanha se o projeto está dentro do orçamento previamente estabelecido.

- Custo por Entrega: Calcula o custo de cada entregável do projeto, o que pode ajudar a identificar áreas de gastos excessivos.

2.4.2 Métricas para programas sociais

As deliberações desempenham um papel fundamental na avaliação e gestão de programas sociais. Programas sociais são iniciativas destinadas a abordar e resolver problemas sociais, melhorar a qualidade de vida das pessoas e promover a justiça social. Medir o impacto e a eficácia desses programas é essencial para garantir que os recursos sejam alocados de forma eficiente e que as metas sejam alcançadas. As métricas escolhidas devem ser mensuráveis, específicas, relevantes, alcançáveis e limitadas no tempo (critérios SMART). Além disso, a divulgação transparente das métricas é essencial para comunicar o impacto de forma eficaz aos stakeholders e partes interessadas. Se fez necessário escolher 9 métricas comuns para programas sociais e desta forma deverá ser base para os resultados dispostos no relatório de impacto:

2.4.2.1 Redução da pobreza e renda média

Quando consideramos a situação de uma pessoa em condição de pobreza, frequentemente nos questionamos se ela possui recursos suficientes para suprir suas necessidades básicas, especialmente quando se trata da alimentação. Esse questionamento é justificado à luz do recente relatório " O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2023", divulgado pela ONU em 12 de julho de 2023, o qual revelou que aproximadamente entre 691 a 783 milhões de indivíduos em todo o mundo foram confrontados com a fome no ano de 2022. É importante destacar que houve um aumento de 122 milhões de pessoas que enfrentaram a fome em 2022 em comparação com 2019, antes do advento da pandemia.

Seguindo essa perspectiva, estima-se que quase 600 milhões de pessoas estarão enfrentando subnutrição crônica até 2030. Além disso, a prevalência da insegurança alimentar moderada ou grave teve um aumento leve na África, América do Norte e Europa, enquanto apresentou uma diminuição não significativa na Ásia entre 2021 e 2022. A única região que demonstra progresso encorajador é a América Latina e as Caraíbas, onde a incidência de insegurança alimentar moderada ou grave diminuiu de 40,3% em 2021 para 37,5% em 2022, equivalendo a uma redução de 16,5 milhões de pessoas em um ano, principalmente na América do Sul.

Diante desse cenário, é compreensível que uma parcela significativa dos esforços governamentais destinados a auxiliar a população em situação de pobreza

esteja voltada para a oferta de subsídios alimentares, como, por exemplo, a distribuição de cestas básicas. Além disso, a relação entre pobreza e fome não é casual. A incapacidade das pessoas em condição de pobreza de manter uma nutrição adequada as mantém presas em um ciclo prejudicial de privações econômicas. Quanto mais alguém sofre com a fome, menor é a sua produtividade, o seu potencial de geração de renda e, conseqüentemente, a sua persistente condição de pobreza, como enfatizado por Banerjee e Duflo (2021, p. 37).

Outra pesquisa notável que ilustra esse conceito é a conduzida por Robert Jensen e Nolan Miller. Em seu estudo intitulado "Comportamento Giffen e Consumo de Subsistência" em 2008, eles providenciaram subsídios para alimentos básicos em duas regiões da China, destinados a famílias selecionadas aleatoriamente. Os autores originalmente esperavam que essas famílias comprassem uma quantidade maior dos grãos subsidiados. No entanto, a realidade foi contrária: as famílias que receberam os subsídios para arroz ou trigo, na verdade, consumiram menos desses itens e optaram por incluir mais camarão e carne em suas dietas. Mais uma vez, esse resultado sugere que, pelo menos entre as famílias urbanas extremamente pobres, o objetivo não era apenas aumentar a ingestão calórica, mas sim garantir calorias mais saborosas (Banerjee, Duflo, 2021, p. 40).

Tais constatações nos levam a questionar se a armadilha da pobreza relacionada à fome é uma realidade incontestável. Se os indivíduos em situação de pobreza de fato se tornassem mais produtivos e obtivessem um significativo aumento na renda, poderíamos supor que escolheriam esse caminho. No entanto, a realidade diverge desse cenário. Pesquisas conduzidas por John Strauss em 1986 indicam que não ocorre um aumento substancial na renda após as pessoas satisfazerem suas necessidades alimentares.

É importante ressaltar que, no contexto atual, a situação difere amplamente da Idade Média, quando a escassez de alimentos era predominante, e, portanto, a armadilha da pobreza da fome era mais aplicável. No mundo contemporâneo, a disponibilidade de alimentos não é o problema central. Como argumentou Amartya Sen em seu artigo "Ingredientes da Análise de Fome: Disponibilidade e Direitos" em 1981, as fomes mais recentes não decorrem da falta de alimentos, mas sim de falhas institucionais que resultam em distribuição inadequada, acumulação indevida e estocagem em situações de fome em outras regiões (Banerjee, Duflo, 2021, pp. 43-45).

Embora as discussões anteriores sobre a fome possam parecer pessimistas, é importante salientar que essa causa não está necessariamente perdida. Em primeiro lugar, é fundamental reconhecer que, devido às preferências individuais, muitas vezes as dietas dos adultos podem carecer de micronutrientes essenciais. Em segundo lugar, os autores destacam a necessidade de direcionar a tecnologia alimentar para aprimorar a qualidade nutricional dos alimentos que as pessoas apreciam. Além disso, reconhecemos a importância crucial de garantir uma alimentação adequada para mulheres grávidas e crianças pequenas, já que isso impacta significativamente em seu desenvolvimento e, posteriormente, em seus ganhos financeiros (Banerjee, Duflo, 2021).

Com base nesses insights, políticas direcionadas para a nutrição de crianças e gestantes, com investimentos diretos nessa área, têm o potencial de gerar resultados substanciais para famílias e comunidades. Como exemplo dessas políticas, podemos citar o caso da Colômbia, onde programas foram implementados com sucesso para melhorar a nutrição de crianças e gestantes em que micronutrientes são borrifados nas refeições das crianças na pré-escola, no México, os benefícios da previdência social incluem a distribuição de suplementos nutricionais gratuitos para as famílias. Essas iniciativas demonstram que, apesar dos desafios, ações focadas na nutrição podem efetivamente contribuir para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar em comunidades vulneráveis. (BANERJEE, DUFLO, 2021, pag 55).

Em seu discurso sobre a situação de pobreza, o economista Angus Deaton (2017) enfatiza que o anseio por escapar do sofrimento está sempre presente, embora nem sempre se concretize. Ele salienta que a busca por novos conhecimentos, inovações e novas abordagens é fundamental para impulsionar o progresso. As dificuldades enfrentadas pelas camadas menos privilegiadas da sociedade inspiram esforços contínuos na busca por soluções que reduzam as disparidades, muitas vezes motivados pelo fato de que a mera existência de pessoas mais afortunadas demonstra a possibilidade de viver sem privações.

O autor ressalta que a história global tem testemunhado uma desaceleração do crescimento econômico em muitos países, acompanhada por um aumento da desigualdade, principalmente devido às disparidades na distribuição de renda entre os estratos mais altos da sociedade. No entanto, ele argumenta que essa desigualdade traz consigo um aspecto positivo, uma vez que a educação, a inovação

e a criatividade são agora mais valorizadas do que em qualquer outro período da história.

Deaton enfatiza que, se o progresso na ciência e na aplicação do conhecimento é um fator decisivo para o crescimento econômico, é natural esperar que os padrões de vida entre os países se aproximem, à medida que o conhecimento e as técnicas possam ser facilmente transferidos de uma nação para outra.

2.4.2.2 Taxa de emprego

A métrica da taxa de emprego para pessoas que passaram por programas sociais é um indicador importante para avaliar o impacto e a eficácia desses programas na reintegração de indivíduos no mercado de trabalho. Essa métrica avalia quantos beneficiários de programas sociais conseguiram encontrar empregos após participarem dessas iniciativas.

Dentro do contexto do sistema de proteção social, os programas que destinam transferências de renda a indivíduos ou famílias, ao mesmo tempo em que integram outras ações compensatórias, com foco principalmente nas áreas de educação, saúde e emprego, desempenham um papel crucial como "componentes estruturais essenciais para quebrar o ciclo prejudicial que mantém uma parte significativa da população brasileira presa na armadilha da perpetuação da pobreza", como afirmado por Scheeffler e Johnson (2008).

Aqui estão algumas considerações importantes sobre essa métrica:

1. Avaliação do sucesso do programa social: A taxa de emprego é uma medida-chave para determinar o sucesso de um programa social, especialmente se o objetivo do programa é melhorar as perspectivas de emprego de grupos vulneráveis, como desempregados de longa duração, pessoas de baixa renda, ou outros grupos em situação de desvantagem.

2. Redução do desemprego: Quando a taxa de emprego para os beneficiários de programas sociais aumenta, isso indica que o programa está contribuindo para reduzir o desemprego em um grupo-alvo específico. Isso, por sua vez, pode ter efeitos positivos na economia local e na redução da dependência de benefícios sociais.

3. Desafios na interpretação: A métrica da taxa de emprego pode ser um indicador útil, mas sua interpretação requer cuidado. Aumentar a taxa de emprego não

significa necessariamente que os empregos obtidos sejam de alta qualidade, bem remunerados ou sustentáveis a longo prazo. Portanto, é importante considerar a qualidade do emprego ao analisar o impacto de programas sociais.

4. Medição de longo prazo: Muitos programas sociais visam promover a sustentabilidade financeira a longo prazo e a inclusão no mercado de trabalho. Portanto, a métrica da taxa de emprego deve ser avaliada ao longo do tempo, não apenas imediatamente após a participação no programa, para determinar se os efeitos são duradouros.

5. Intervenções personalizadas: A eficácia dos programas sociais pode variar dependendo das necessidades e características dos beneficiários. Portanto, é importante adaptar as intervenções e os serviços oferecidos com base em uma análise personalizada das necessidades de emprego de cada indivíduo.

6. Acompanhamento e avaliação contínuos: A medição da taxa de emprego para os participantes de programas sociais deve ser parte de uma avaliação mais ampla e contínua dos programas. Os responsáveis pelo programa devem monitorar o progresso dos beneficiários e ajustar as intervenções conforme necessário.

7. Impactos indiretos: Além de medir o emprego direto dos beneficiários, os programas sociais podem ter impactos indiretos, como a melhoria da qualificação da força de trabalho, o aumento da produtividade e a redução das desigualdades, que também devem ser considerados na avaliação.

Em resumo, a métrica da taxa de emprego para pessoas que passaram por programas sociais é um indicador-chave para avaliar o impacto dessas iniciativas. No entanto, a análise deve ser complementada com uma consideração cuidadosa da qualidade do emprego, uma perspectiva de longo prazo e uma abordagem personalizada para atender às necessidades dos beneficiários. Além disso, os programas sociais devem ser vistos como parte de uma estratégia mais ampla de inclusão e desenvolvimento econômico.

2.4.2.3 Empoderamento econômico, acesso a recursos financeiros e sustentabilidade financeira.

De acordo com Batliwala, a característica mais proeminente do conceito de empoderamento reside na palavra "poder", que ela define como o "controle sobre recursos materiais, intelectuais e ideológicos" (1994, p.129). Para a autora, o poder de tomar decisões está intrinsecamente ligado ao controle desses recursos, que, em grande parte, têm sido historicamente controlados por homens. No entanto, Batliwala enfatiza que as mulheres nunca estiveram completamente desprovidas de poder, uma vez que sempre buscaram de alguma forma "expandir seu espaço", apesar das tentativas das ideologias patriarcais de minar esses esforços.

Para Batliwala, o "empoderamento" representa o processo de questionar essas ideologias e as relações de poder, bem como de adquirir maior controle sobre os recursos mencionados. Ela cita Sharma para afirmar que o empoderamento abrange uma ampla gama de atividades, desde assertividade individual até resistência, protesto e mobilização coletiva. Esse processo tem como objetivo questionar as bases das relações de poder, especialmente no caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder é determinado por fatores como classe, casta, etnicidade e gênero. O empoderamento visa não apenas reconhecer as forças sistêmicas que oprimem, mas também agir para mudar as relações de poder existentes (1994, p. 130).

Nesse contexto, o empoderamento é tanto um processo quanto o resultado desse processo. No caso das mulheres, esse processo visa: (1) questionar a ideologia patriarcal; (2) transformar as estruturas e instituições que perpetuam a discriminação de gênero e desigualdades sociais; e (3) criar as condições para que as mulheres, especialmente as economicamente desfavorecidas, possam acessar e exercer controle sobre recursos materiais e de informação.

Esse processo de empoderamento deve abranger todas as estruturas e fontes de poder relevantes, uma vez que a atuação em apenas uma delas, como o acesso ao microcrédito, por exemplo, não é suficiente. Nesse sentido, Nelly Stromquist (2002, 1995, p.232) enfatiza que o empoderamento engloba quatro dimensões inter-relacionadas, todas igualmente importantes, porém não suficientes por si só para capacitar as mulheres a agirem em seu próprio benefício. Essas dimensões são cognitiva (compreensão crítica da realidade), psicológica (autoestima), política (consciência das desigualdades de poder e capacidade de organização e mobilização) e econômica (capacidade de gerar renda independente).

Naila Kabeer (1999) acrescenta uma perspectiva crucial a essa discussão, definindo o empoderamento como o processo pelo qual aqueles que anteriormente eram privados da capacidade de fazer escolhas estratégicas para suas vidas adquirem essa habilidade. Em sua concepção, o poder está relacionado à capacidade de fazer escolhas, onde a escolha implica a existência de alternativas. No entanto, nem todas as escolhas têm o mesmo impacto nas vidas das pessoas. O empoderamento, portanto, pode ser compreendido como o processo de ampliar os limites da capacidade de fazer escolhas estratégicas em um contexto onde tais escolhas anteriormente eram impossíveis, proibidas ou negadas.

Essa expansão das opções estratégicas envolve três dimensões interconectadas: recursos (pré-condições), agência (processo) e realizações (resultados). Os recursos não se limitam apenas aos recursos materiais, mas também abrangem recursos humanos e sociais, que criam as condições para a tomada de decisões estratégicas. Acesso a esses recursos reflete as normas e regras que governam a distribuição e a troca em várias arenas institucionais, como a família e a comunidade. Esse acesso, por sua vez, depende da posição das pessoas em grupos sociais, como chefes de família, líderes tribais, e assim por diante, representando uma forma de "recursos de autoridade" ou poder legitimado.

O conceito de empoderamento pode ser analisado sob duas perspectivas distintas. O empoderamento liberal tem como objetivo principal a inclusão das mulheres no mercado de trabalho, sem, no entanto, abordar de maneira abrangente as profundas desigualdades sociais e de poder já estabelecidas. Por outro lado, o empoderamento libertador adota uma abordagem contrastante, colocando as dinâmicas de poder no centro de um processo no qual as mulheres buscam autonomia e autodeterminação. Além disso, ele se posiciona como uma ferramenta para a erradicação do patriarcado, sendo tanto um meio como um fim em si mesmo. Essa perspectiva tem como objetivo questionar, desestabilizar e, em última análise, transformar a ordem de gênero estabelecida, que é marcada pela dominação patriarcal (Sardenberg, 2010:235).

A abordagem do empoderamento libertador é coerente com um enfoque na mobilização e organização das mulheres, destacando a importância da ação coletiva. Isso não desconsidera, no entanto, a relevância do empoderamento individual das mulheres em um nível pessoal. Essa visão mais abrangente pode ser percebida nos

escritos feministas da década de 1990, exemplificados pelos trabalhos de acadêmicas como Naila Kabeer (1994) e Gita Sen (1997).

Os indivíduos em situação de pobreza enfrentam uma restrição orçamentária mais acentuada, o que aumenta a necessidade de considerar cuidadosamente os custos de oportunidade, sobrecarregando seus recursos cognitivos (Shah et al., 2012). Conforme explicado por Mullainathan & Shafir (2013), a chamada "banda mental" (mental bandwidth) disponível para o pensamento deliberativo é frequentemente consumida por tarefas relativamente simples. Assim, esses indivíduos se veem obrigados a direcionar uma parte significativa de sua energia mental diariamente apenas para garantir o acesso a necessidades básicas, como alimentação e água potável. Como resultado, possuem menos capacidade mental para tomar decisões consideradas "corretas" em comparação com aqueles que vivem em áreas com boa infraestrutura e instituições bem estabelecidas.

Nesse contexto, a sobrecarga cognitiva (cognitive burdens) dificulta a capacidade de pensamento deliberativo das pessoas, levando-as a simplificar os problemas e a avaliar o mundo através de perspectivas estreitas, moldadas por seus sistemas de crenças. Conseqüentemente, a probabilidade de cometer erros é ampliada devido à sobrecarga cognitiva imposta pelas condições de escassez (Kahneman, 2012; DellaVigna, 2009).

Especificamente, as preocupações financeiras urgentes ligadas à pobreza alteram a maneira como as pessoas alocam sua atenção. Isso faz com que concentrem intensamente suas preocupações no presente, muitas vezes negligenciando as implicações a longo prazo. Por exemplo, a falta de renda em famílias em situação de pobreza pode motivar os pais a retirar seus filhos da escola para que eles trabalhem, resultando em conseqüências prejudiciais para o futuro dessas crianças.

Estudos adicionais fornecem uma análise mais aprofundada de situações em que as pessoas economicamente desfavorecidas não conseguem capitalizar em pequenas oportunidades de investimento altamente rentáveis devido à falta de autocontrole. Em outras palavras, indivíduos em situação de pobreza têm maior probabilidade de recorrer a empréstimos frequentes a taxas de juros elevadas, resultando em endividamento crônico (Aleem, 1990; Banerjee & Mullainathan, 2010; Ashraf et al., 2006; Karlan et al., 2013).

A relevância da educação financeira está intrinsecamente ligada ao processo de tomada de decisões, uma vez que a qualidade das escolhas financeiras dos indivíduos pode ter um impacto abrangente em toda a economia (BERRY; KARLAN; PRADHAN, 2018; VIEIRA; BATAGLIA; SEREIA, 2011). Ela desempenha um papel fundamental na redução do endividamento das pessoas e na promoção de um consumo responsável (ANDERLONI; VANDONE, 2011; GASPAR WISNIEWSKI, 2011). Portanto, ao focar a educação financeira e a inclusão bancária, busca-se fornecer informações de grande relevância para uma série de áreas relacionadas ao desenvolvimento global, à gestão financeira e à pesquisa acadêmica.

O conceito de inclusão financeira surgiu no final do século XX, desafiando a ideia anterior de que o desenvolvimento estava estritamente vinculado ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) (KABAKOVA; PLAKSENKOV, 2018). Inclusão financeira engloba liquidez (como desconto de cheques), transações (como pagamentos de contas ou transferências de dinheiro), poupança e crédito (incluindo pequenos empréstimos, cartões de crédito e hipotecas). A falta de acesso a esses serviços bancários convencionais, geralmente oferecidos por bancos ou cooperativas de crédito, é o que caracteriza a condição de desbancarizado, e implica enfrentar várias restrições que prejudicam o bem-estar financeiro do consumidor (SIMPSON; BUCKLAND, 2009).

A exclusão financeira é um conceito multifacetado que abrange uma complexa gama de obstáculos ao acesso e à utilização dos principais serviços financeiros. As várias formas de exclusão financeira podem ser resumidas da seguinte maneira (ANDERLONI; BRAGA; CARLUCCIO, 2007 conforme CROCCO; SANTOS; FIGUEIREDO, 2013; KEMPSON; WHYLEY, 1999a, b; WORLD BANK GROUP, 2014):

1. Exclusão geográfica: relaciona-se à presença ou ausência de agências ou pontos de atendimento em uma área geográfica específica;
2. Exclusão de acesso: resulta de restrições ao acesso a serviços bancários devido a processos de avaliação de risco realizados pelos bancos (que podem envolver custos elevados - redlining);
3. Exclusão por condicionantes: ocorre quando os condicionantes associados aos produtos oferecidos não atendem às necessidades de determinados grupos de clientes;

4. Exclusão por preço: envolve a impossibilidade de certos grupos de indivíduos acessarem serviços financeiros devido a altas comissões e/ou tarifas associadas a produtos e serviços;

5. Exclusão por marketing: ocorre quando a forma como as vendas e a publicidade são direcionadas exclui determinados segmentos de mercado; e

6. Autoexclusão: ocorre quando uma parcela da população se recusa a procurar serviços bancários por acreditar que suas demandas por produtos e serviços serão recusadas.

A exclusão financeira não se limita apenas à ausência de acesso, mas também abrange o acesso predatório ou deficiente a serviços financeiros. Isso resulta na segmentação dos tomadores de crédito em dois grupos distintos: aqueles considerados de "baixo risco", cujos ativos e posições financeiras são considerados seguros, e os financiadores de renda mais baixa-os excluídos (DYMSKI, 2008).

A sustentabilidade financeira transcende a mera noção de equilíbrio orçamentário, quando vista através de uma lente contábil e matemática. Para que a sustentabilidade financeira seja alcançada, é imperativo estabelecer um horizonte de médio e longo prazo. Todos os componentes financeiros disponíveis para a entidade pública devem ser avaliados de maneira integrada, até mesmo permitindo déficits periódicos, desde que isso contribua para atingir determinados objetivos sociais e para restabelecer o equilíbrio orçamentário dentro do período estabelecido. Estamos diante de uma análise dinâmica do fenômeno financeiro, ao invés de uma abordagem estática que se restringe a um período de 12 meses. Essa concepção de sustentabilidade financeira se assemelha mais a um filme do que a uma fotografia, contrastando com a abordagem contábil-matemática do equilíbrio orçamentário.

Weder de Oliveira realiza uma análise comparativa entre o que ele chama de princípio clássico do equilíbrio orçamentário, que prescreve o ajuste orçamentário por meio do aumento de impostos ou da redução de despesas, excluindo completamente o endividamento. Por outro lado, ele discute o princípio do equilíbrio orçamentário moderno, que também é referido como o princípio do endividamento sustentável. Esse princípio adota uma perspectiva dinâmica e intertemporal de médio prazo e é avaliado com base em indicadores fiscais, como o resultado primário e o resultado nominal, que orientam as políticas macroeconômicas.

Santos & Carrion (2008, p. 1), ao analisar a concessão de microcrédito, propõem uma reflexão sobre como pobreza e microcrédito têm dialogado entre si. Afirmam que "entende-se que prevalece o ideário do mainstream das Ciências Econômicas subjacente às iniciativas de microcrédito para os pobres na medida em que esta forma de encarar a questão da pobreza acaba por considerar ainda, e apenas, a pobreza absoluta o que não inova em termos de como enxergar o problema, (...). No que se refere à abrangência do microcrédito junto às demais formas de pobreza (carência de capital social e carência de empoderamento), algumas dúvidas ficam sem resposta".

Beck & Ogden (2007, p.13) apresentam três sugestões para as empresas que forem atuar com apoio ao microcrédito como atividade de responsabilidade social empresarial para evitar serem criticadas de "maquiagem social" (alardear programas de benefício baixo ou nulo): como evitar um resultado indesejável? Primeiro, exija indicadores de sucesso bem definidos como aumento da renda, qualidade da moradia, matrícula escolar e alimentação de programas de microcrédito amparados pela empresa e esteja disposto a pagar por esses indicadores. Segundo, tome medidas para aumentar a eficácia do empréstimo: dando orientação vocacional e financeira a tomadores, melhorando o acesso à tecnologia para reduzir o custo da contratação do empréstimo (grifo nosso) ou fazendo pressão por mudanças regulamentares que facilitem a abertura e a expansão de negócios. Terceiro, busque oportunidades para fomentar o crescimento de empresas de pequeno e médio porte em regiões carentes.

Evidentemente, o microcrédito não deve ser visto como o único remédio para resolver o problema da pobreza, que é tida como um problema multidimensional e como tal deve ser resolvido. Porém, tem sido um dos mecanismos encontrados para possibilitar aumentos de renda em atividades produtivas cujos rendimentos marginais são altos e em que o acesso ao crédito pode melhorar as condições de vida dos indivíduos e suas famílias.

Isso remete à importância da avaliação do impacto da presença de Instituições de Microfinanças (IMFs) nas comunidades. Nesse sentido, Silva Junior et al. (2008, p. 13), ao avaliar os impactos do Banco Palmas para o desenvolvimento do território no período 1998/2007, afirmam que "a organização contribuiu não apenas para aumentar o consumo e a circulação de riquezas no bairro, mas elevou a autoestima dos moradores".

Isso demonstra que a atuação das IMFs não pode ficar restrita à oferta de microcrédito, sendo, na visão da comunidade, necessário apoiar outros projetos voltados para o desenvolvimento local.

2.5 CERTIFICADOS E PADRÕES: SELO DOAR, PHOMENTA E O PRÊMIO MELHORES ONGS

Certificados e prêmios desempenham um papel importante no reconhecimento e promoção das organizações sem fins lucrativos, que desempenham um papel vital em promover o bem-estar social, a justiça e o desenvolvimento comunitário. Essas distinções são geralmente concedidas em reconhecimento ao compromisso e sucesso de uma organização na consecução de seus objetivos e na prestação de serviços de alta qualidade. A seguir, discutirei o papel dos certificados e prêmios para organizações sem fins lucrativos.

1. Reconhecimento e Visibilidade: Certificados e prêmios proporcionam visibilidade para organizações sem fins lucrativos e suas causas. Eles destacam as realizações notáveis das organizações, ajudando a aumentar a conscientização sobre as questões que elas abordam. Isso, por sua vez, pode atrair mais apoio financeiro e voluntários, além de solidificar sua reputação no setor.

2. Validação da Qualidade: Ao receber certificados e prêmios, as organizações sem fins lucrativos recebem validação externa de sua eficácia e qualidade. Isso pode ser particularmente útil na construção de confiança com doadores, parceiros e outras partes interessadas.

3. Captação de Recursos: Os certificados e prêmios podem ser usados como uma ferramenta de captação de recursos. Eles ajudam a mostrar aos potenciais doadores que suas contribuições serão bem utilizadas e terão um impacto positivo.

4. Melhoria Contínua: Muitas organizações se esforçam para ganhar certificações e prêmios, o que estimula uma cultura de melhoria contínua. A busca por reconhecimento incentiva as organizações a avaliar e aprimorar suas práticas e resultados.

5. Inspiração e Motivação: Receber um prêmio ou certificado é uma fonte de motivação para as equipes das organizações sem fins lucrativos. Ele reconhece o

trabalho árduo e dedicação dos membros da equipe, inspirando-os a continuar a trabalhar para alcançar seus objetivos.

6. Conexões e Parcerias: O reconhecimento por meio de certificados e prêmios pode levar a novas conexões e parcerias com outras organizações, governo e setor privado. Isso pode abrir portas para colaborações estratégicas e recursos adicionais.

7. Transparência e Responsabilidade: A busca por certificações muitas vezes envolve relatórios detalhados e avaliações. Isso promove a transparência e a prestação de contas, garantindo que as organizações sem fins lucrativos estejam cumprindo seus compromissos com as partes interessadas.

Em resumo, certificados e prêmios desempenham um papel vital no setor de organizações sem fins lucrativos, pois reconhecem o compromisso, a eficácia e a qualidade do trabalho que essas organizações realizam. Além disso, eles desempenham um papel importante na captação de recursos, na construção de relacionamentos e na promoção da conscientização sobre questões sociais e ambientais críticas.

Essas certificações atestam a excelência das OSCs ao cumprir requisitos relacionados à gestão, planejamento, marketing, recursos humanos e finanças. Uma das principais certificações no Brasil é a Certificação em Boas Práticas em Transparência e Gestão da Phomenta, não distante desse padrão temos o Selo DOAR e o Prêmio Melhores ONGs.

As OSCs são diversas e têm evoluído, investindo em educação e inovação social para melhorar a eficiência de gestão, reconhecimento e valorização pela sociedade. As certificações emergiram como ferramentas poderosas para incentivar boas práticas de gestão e transparência entre as OSCs, aumentando sua maturidade organizacional e impacto positivo.

A participação na seleção do Prêmio Melhores ONGs é aberta e gratuita para todas as associações e fundações sem fins lucrativos, independentemente do tamanho ou da localização geográfica no Brasil. Entretanto, não são aceitas inscrições de sindicatos, igrejas, partidos políticos e outras entidades. São realizados em algumas categorias: 100 Melhores ONGs, Melhor ONG, Melhores por cada causa, Melhor por região ou estado e Melhores ONGs de pequeno port. Em casos duvidosos, utilizamos os critérios definidos pela pesquisa FASFIL do IBGE para determinar a elegibilidade.

Essas certificações vão além de um mero "certificado" e oferecem às ONGs a oportunidade de autoavaliação, desenvolvimento de habilidades e implementação de mudanças estruturais, resultando em melhorias nas relações e resultados com beneficiários, comunidades, colaboradores e apoiadores.

A fim de determinar as 100 Melhores Organizações Não Governamentais (ONGs) do território nacional, foi concebida uma metodologia de avaliação por meio do processo de coleta de informações compreende três fases distintas. A primeira concentra-se em indagações objetivas e dados que possam ser verificados. Na segunda fase, prioriza-se a análise de questões mais complexas e respostas detalhadas. Na terceira e última fase, as organizações remetem documentos que evidenciam a sistematização de boas práticas de gestão e transparência.

Cada entidade participante do certame das Melhores ONGs receberá, conforme o cronograma estabelecido, um retorno acerca de sua participação, proporcionando a análise de seu desempenho em comparação com organizações consideradas como referência, conforme os parâmetros metodológicos do prêmio. O propósito desse feedback é facultar uma autoavaliação por parte da organização, diagnosticar eventuais áreas passíveis de melhoria, e destacar aquelas em que a organização se distingue, proporcionando, assim, uma plataforma para celebração de conquistas.

Cumprе salientar que toda organização que integra o processo das Melhores ONGs declara seu compromisso com os procedimentos estipulados na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18). Adicionalmente, atesta que as informações fornecidas podem ser utilizadas tanto para fins de seleção das Melhores ONGs quanto para pesquisas sem fins comerciais realizadas pelos organizadores do prêmio ou seus parceiros.

3. METODOLOGIA

O propósito deste capítulo é introduzir o processo de pesquisa adotado para a condução deste trabalho. Cada etapa será detalhadamente apresentada e explicada, buscando proporcionar uma compreensão abrangente do processo como um todo.

3.1 FASES DA PESQUISA

3.1.1 Classificação

A compreensão e estruturação de fenômenos ou objetos no âmbito científico são viabilizadas por meio da aplicação de métodos de pesquisa. É por intermédio desses métodos que ocorre a aprofundamento do conhecimento, abrindo, simultaneamente, as portas da ciência para questionamentos sobre descobertas e a contestação do conhecimento estabelecido (Vizzotto et al., 2016). No processo de pesquisa, o método serve como um conjunto sistemático e racional de atividades que proporciona, de maneira mais segura e econômica, a consecução de objetivos pautados na obtenção de conhecimentos válidos e verdadeiros, orientando o cientista em suas decisões (Marconi e Lakatos, 2003, p.83).

Com base nesse entendimento, esta pesquisa se orientará pelo método indutivo, considerado um conjunto meticulosamente pensado de procedimentos para alcançar o conhecimento, que representa o principal objetivo da ciência (Prodanov; Freitas, 2013, p. 24).

O método indutivo é um processo que parte de dados particulares, suficientemente constatados, para inferir verdades gerais ou universais que não estão contidas nas partes examinadas (Marconi e Lakatos, 2003, p.86). Essa abordagem visa primeiro compreender os fatos menores para, posteriormente, chegar a uma compreensão mais abrangente dos fatos maiores no contexto geral, fundamentando-se na observação e análise dos dados (Sousa Neto, 2017, p. 53-54).

Neste estudo, será adotada a abordagem quali-quantitativa, também conhecida como abordagem mista por alguns autores. A escolha por essa abordagem é motivada pela necessidade de mensurar determinadas informações, como, por exemplo, identificar quais ONGs incorporam uma base científica em seus relatórios de impacto. Além disso, a pesquisa abordará aspectos subjetivos relacionados aos seres humanos, incluindo a coleta de dados sobre os projetos, seus custos e despesas para a manutenção das atividades.

A pesquisa de métodos mistos é caracterizada por integrar abordagens qualitativas e quantitativas, indo além da simples coleta e análise de ambos os tipos de dados. Como destacado por Creswell (2010, p. 27), essa abordagem envolve a combinação de filosofias, o uso simultâneo de abordagens qualitativas e quantitativas, resultando em uma força sinérgica que supera as limitações de pesquisas isoladas em cada abordagem.

Sobre essa perspectiva quali-quantitativa, Souza e Kerbauy (2017, p. 40) salientam que essa abordagem representa uma tendência emergente que supera a histórica dicotomia entre métodos quantitativos e qualitativos. A pesquisa quali-quantitativa/mista surge como uma abordagem metodológica mais abrangente, oferecendo elementos adicionais para aprofundar a compreensão das complexidades dos fenômenos investigados, alinhando-se aos objetivos da pesquisa.

Paranhos et al. (2016, p. 386) enfatizam que os principais desafios associados à abordagem multimétodo estão mais relacionados à falta de treinamento específico do pesquisador do que a uma opção ontológica e/ou epistemológica da comunidade científica. Desta forma, o sucesso na implementação desta abordagem requer não apenas um domínio mínimo das técnicas quantitativas e qualitativas, mas também uma clareza na formulação da questão de pesquisa e nos objetivos do estudo. O pesquisador deve enfrentar o desafio de escolher cuidadosamente os métodos e ferramentas a serem utilizados durante a coleta e análise de dados, tornando essencial uma compreensão profunda do tema investigado.

Portanto, compreende-se que cada entidade se diferencia uma da outra por suas características e propriedades, conferindo singularidade a esta pesquisa.

3.1.2 Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa fundamentou-se nos princípios da pesquisa documental. Gil (2002) destaca que, embora a pesquisa documental compartilhe semelhanças com a pesquisa bibliográfica, a primeira diferencia-se ao basear-se em materiais desprovidos de tratamento analítico ou que ainda estão sujeitos a receber tal tratamento, sendo reelaborados conforme as necessidades e objetivos da pesquisa. Prodanov e Freitas (2013, p. 55-56) enfatizam a relevância da pesquisa documental ao possibilitar a organização de informações dispersas, conferindo-lhes uma nova importância como fonte de consulta.

Gerhardt e Silveira (2009, p. 69) ressaltam uma das vantagens da pesquisa documental, indicando que os documentos são fontes ricas e estáveis de dados, não estando sujeitos a prazos de validade.

Para a condução da revisão sistemática, foram implementadas etapas metodológicas distintas, alinhadas com princípios preconizados na literatura especializada (GALVÃO e PEREIRA, 2014). Inicialmente, delineou-se a formulação e objetivo da revisão, estabelecendo claramente os propósitos a serem atingidos no

escopo do estudo. Posteriormente, procedeu-se à definição de critérios rigorosos para a inclusão de estudos na revisão, considerando variáveis específicas como tipo de estudo, participantes, intervenção adotada e avaliação dos resultados.

A seleção da amostra de estudos foi realizada de maneira criteriosa, seguindo os parâmetros estabelecidos previamente. A coleta de dados foi efetuada por meio da revisão exaustiva dos trabalhos pertinentes ao tema, presentes nos bancos de dados identificados para a pesquisa.

A avaliação dos resultados, crucial para a análise crítica da literatura, foi conduzida com base nos objetivos da revisão, permitindo uma compreensão aprofundada das contribuições dos estudos selecionados. A discussão e interpretação dos dados foram realizadas de maneira reflexiva, relacionando os achados com os questionamentos propostos na formulação dos objetivos.

Por fim, a apresentação dos resultados foi elaborada de forma clara e abrangente, seguindo as diretrizes estabelecidas por GALVÃO e PEREIRA (2014). Durante a busca pelos artigos nos bancos de dados, adotaram-se critérios predefinidos para seleção e avaliação, incluindo considerações sobre o tipo de estudo, participantes, intervenção adotada e avaliação dos resultados. Essa abordagem metodológica proporcionou uma revisão sistemática robusta e criteriosa, contribuindo para a validade e confiabilidade dos resultados obtidos.

A fonte de coleta do estudo encontra-se indexada nos seguintes bancos de dados: Google Acadêmico e no Scientific Electronic Library Online. A escolha por estas bases se deve ao fato de maior facilidade de busca e de uso dessas ferramentas e a amostra do presente estudo foi constituída por artigos neles indexados. Ao considerar aspectos como transparência, eficácia operacional, sustentabilidade financeira e resultados tangíveis, pretendemos não apenas destacar as organizações notáveis pelo prêmio, mas também fornece uma análise criteriosa do que este relatório aborda seus impactos nos inúmeros projetos ou as atividades da instituição. Este processo de análise detalhada busca oferecer uma base sólida para Compreender, validar e reconhecer o poder que estas ONGs agregam a sociedade e as pessoas fins das atividades que não apenas se destacam em seus esforços, tal abordagem se dará com embasamento teórico a fim de validar os resultados apresentados.

A amostra desta pesquisa está na seleção das 10 melhores ONGs de pequeno porte entre o período de 2018 – 2023 com as abordagens em Educação e desenvolvimento social o total dessa pesquisa é de 50 Ongs.

As Ongs selecionadas a cada ano com base no prêmio “Melhores Ongs”:

2018 – Teto Brasil e Vaga Lume

2019 – Instituto Sou da Paz e Unidos pela Vida

2020 – Associação Vamos e Centro Cidadania

2021 – Instituto novo sertão e Casa arte vida

2022 – Instituto Lar e Sou bilingue

Os indicadores de qualidade são divididos em oito categorias: Dados da Ong, Missão, Visão, Valores, Resumo dos projetos, Eixo de atuação, Fonte das Receitas/ Parcerias, Despesas/ Gastos Gerais, Indicadores de Impacto e Base científica para os indicadores encontrados.

3.1.3 Análise de conteúdo

Inicialmente, procedeu-se à análise preliminar, na qual a seleção dos estudos foi fundamentada nas informações disponíveis no título, resumo e palavras-chave, conforme preconizado por GALVÃO e PEREIRA (2014). Posteriormente, realizou-se uma segunda análise, caracterizada pela leitura integral dos artigos previamente selecionados, em terceira caracterizada pela análise os relatórios de impacto considerando todos os fatores de análise, assim como as métricas dos impactos apresentados dos projetos das ongs selecionadas.

A triangulação dos resultados será realizada para verificar a consistência e a validade das conclusões, obtidas a partir das abordagens qualitativas e quantitativas. A integração das descobertas de ambas as abordagens permitirá uma compreensão mais abrangente dos tópicos abordados. Este estudo seguirá todas as diretrizes éticas relevantes para a pesquisa acadêmica e a LGPD.

Espera-se que esta pesquisa contribua para o entendimento da administração de recursos financeiros em entidades filantrópicas e a avaliação de programas e projetos sociais no Terceiro Setor, fornecendo insights para melhorar a eficácia dessas organizações e promover o impacto social positivo. A pesquisa utilizará referências metodológicas relevantes para cada abordagem, garantindo rigor na coleta, análise e interpretação dos dados.

4 ANÁLISE DO RELATÓRIO DE IMPACTO: PILARES ESSENCIAIS PARA TRANSPARÊNCIA E EFETIVIDADE

A busca pela transparência e efetividade nas organizações tem se tornado uma temática central no contexto contemporâneo, especialmente quando se trata de instituições do terceiro setor. Nesse cenário, os relatórios de impacto emergem como ferramentas cruciais, desempenhando um papel vital na comunicação das ações, resultados e compromissos das organizações com seus stakeholders e a sociedade em geral.

Ao explorar os pilares essenciais para a transparência e efetividade nos relatórios de impacto, este estudo se propõe a contribuir para a compreensão mais profunda de como as organizações podem aprimorar suas práticas de comunicação, prestando contas de maneira mais robusta e impactante. A análise abordará não apenas os aspectos quantitativos, mas também as narrativas e estratégias adotadas, buscando identificar boas práticas que possam servir como referência para o aprimoramento contínuo das organizações.

Dessa forma, ao desvendar os elementos fundamentais que permeiam os relatórios de impacto, esta pesquisa aspira fornecer insights valiosos para organizações, pesquisadores, gestores e demais interessados no fortalecimento da transparência e efetividade das ações voltadas ao bem comum. A importância crescente desses temas na sociedade contemporânea ressalta a relevância deste estudo, que busca não apenas compreender, mas também colaborar para o aperfeiçoamento das práticas comunicativas das organizações comprometidas com o impacto social positivo.

Foram utilizados os documentos com o referido nome de relatórios de impacto, balanço social, relatório anual, relatório de atividades, prestação de contas sendo o período de apuração 2022, entretanto a ong Centro Cidadania só constavam em sua rede social o relatório de atividades de 2021.

Para garantir a eficácia e a relevância desse documento, é fundamental estabelecer pilares sólidos que sirvam como base para sua construção. Para criar um relatório abrangente e significativo, é crucial estabelecer pilares sólidos que sirvam como base. Aqui estão os elementos essenciais para a construção desse documento e o mapeamento das Ongs que atendem a esses pré-requisitos:

	Dados da Ong	Missão, Visão, Valores	Resumo dos projetos	Eixo de atuação
Teto Brasil	X		X	
Vaga Lume	X		x	X
Instituto Sou da Paz	X	X		X
Unidos pela Vida	X	X	X	X
Associação Vamos	X	X	X	X
Centro Cidadania		X	X	
Instituto novo sertão	X		X	X
Casa arte vida	X	X	X	X
Instituto Lar	X	X	X	X
Sou bilingue				X

Fonte: Elaborado pela autora

A ausência de Dados das Ongs, a missão, visão, valores, resumos dos projetos ou eixo de atuação não inválida o relatório de impacto, mas corrobora para algumas consequências negativas, desta forma explicitar as garantias de tais informações é fundamental para que os relatórios de impacto sejam abrangentes e incluam informações relevantes para garantir a transparência, prestação de contas eficaz e avaliação adequada do impacto das ações da ONG.

1. Dados Institucionais da ONG:

Detalhar a estrutura organizacional, incluindo membros da equipe e líderes-chave, oferece uma visão sobre a capacidade da ONG em implementar seus projetos. Isso é especialmente importante para mostrar a experiência e a competência da equipe envolvida nas iniciativas, reforçando a confiança dos stakeholders.

Incluir dados institucionais reflete um compromisso com a transparência e a responsabilidade. Os stakeholders, incluindo doadores, parceiros e a comunidade atendida, têm o direito de entender a estrutura e os princípios orientadores da organização à qual estão vinculados. Isso contribui para uma relação de confiança e transparência entre a ONG e suas partes interessadas. Para atrair apoio contínuo e estabelecer parcerias eficazes, é essencial que os potenciais parceiros e financiadores compreendam a fundo a natureza e a filosofia da ONG. Os dados institucionais são valiosos para aqueles que desejam se associar a uma organização que compartilha valores similares e possui uma abordagem eficaz em relação aos desafios que enfrenta.

2. Missão, Visão e Valores:

Ao incorporar a missão da ONG no relatório de impacto, os leitores imediatamente compreendem o propósito central da organização. Isso proporciona um contexto fundamental para a avaliação dos resultados apresentados, destacando como as atividades realizadas estão alinhadas com os objetivos fundamentais da ONG.

A visão e os valores representam a orientação estratégica e os princípios fundamentais que norteiam as ações da ONG. No relatório de impacto, destacar como os projetos e as iniciativas estão alinhados com esses valores reforça o compromisso da organização com uma abordagem ética e coerente em suas atividades.

Em um cenário onde diversas ONGs atuam em causas similares, a incorporação da missão, visão e valores no relatório destaca a identidade única da organização. Isso ajuda a diferenciar a ONG e a reforçar sua abordagem única na busca por soluções para os desafios enfrentados.

3. Resumos dos Projetos:

Os resumos dos projetos oferecem espaço para refletir sobre as lições aprendidas ao longo do caminho. Identificar desafios enfrentados, estratégias bem-sucedidas e ajustes realizados proporciona insights valiosos que podem orientar futuras iniciativas e melhorar a eficiência operacional.

Ao incluir resumos dos projetos, a ONG cria uma narrativa impactante que vai além de números e estatísticas. Histórias específicas, casos de sucesso e exemplos concretos tornam o relatório mais envolvente, facilitando a compreensão do leitor e fortalecendo a conexão emocional com a causa.

Os resumos dos projetos oferecem espaço para refletir sobre as lições aprendidas ao longo do caminho. Identificar desafios enfrentados, estratégias bem-sucedidas e ajustes realizados proporciona insights valiosos que podem orientar futuras iniciativas e melhorar a eficiência operacional.

4. Eixo de Atuação:

Ao apresentar os eixos de atuação, a ONG demonstra transparência em relação às áreas específicas em que concentra seus esforços. Isso contribui para uma prestação de contas mais clara perante os stakeholders, como doadores, parceiros e a comunidade em geral.

Os eixos de atuação refletem as escolhas estratégicas da ONG em termos de temas e questões que considera prioritários. Isso não apenas informa sobre a direção estratégica da organização, mas também oferece uma visão sobre as causas ou problemas que a ONG está comprometida em abordar.

Cada eixo de atuação geralmente está associado a objetivos específicos. Ao incluir esses eixos no relatório de impacto, a ONG pode destacar como suas atividades têm impacto direto nessas áreas específicas, permitindo uma avaliação mais detalhada e precisa dos resultados alcançados. Ao fornecer informações sobre os eixos de atuação, o relatório de impacto contextualiza as atividades da ONG em relação aos desafios e necessidades específicos das áreas em que opera. Isso ajuda os leitores a entenderem melhor o ambiente em que a organização está inserida.

	Fonte das Receitas/ Parcerias	Despesas/ Gastos Gerais	Indicadores de Impacto	Base científica para os indicadores encontrados
Teto Brasil	X	X	X	X
Vaga Lume			X	
Instituto Sou da Paz	X		X	
Unidos pela Vida	X	X	X	
Associação Vamos	X		X	
Centro Cidadania		X	X	
Instituto novo sertão	X	X	X	
Casa arte vida			X	
Instituto Lar	X		X	X
Sou bilingue	X	X	X	

Fonte: Elaborado pela autora

Importante destacar que a Teto Brasil utilizou o parâmetro com base científica referente a uma pesquisa em parceria com a FGV-SP, sendo assim a pesquisa não fez referência ao impacto que tal organização realizou, mas que a pesquisa com embasamento científico está vinculada ao impacto que o projeto que a instituição presta a sociedade. Em contra partida o Instituto Lar utilizou da métrica autoestima sendo avaliada na Escala de Rosemberg em seu projeto Mães pela Vida para medir o impacto desse projeto na vida de seus participantes, sendo pertinente tal métrica pelo seu rigor científico.

1. **Accountability (Responsabilidade):** A divulgação de informações detalhadas sobre as fontes de receita e parcerias confere credibilidade à organização. Isso ajuda a construir a confiança dos stakeholders, pois eles podem entender a origem dos fundos e avaliar se há potenciais conflitos de interesse. Ao fornecer informações detalhadas sobre despesas, a organização permite uma avaliação mais precisa da eficiência operacional de cada projeto. Os gestores podem usar esses dados para tomar decisões informadas sobre alocação de recursos, identificar áreas de melhoria e otimizar o desempenho geral da organização.
2. **Base Científica e Resultado do impacto:** Em muitas jurisdições, organizações sem fins lucrativos e entidades filantrópicas são obrigadas por lei a serem transparentes em relação às suas finanças e impactos. Cumprir essas obrigações legais contribui para a legitimidade da organização. Ao apresentar a base científica dos resultados, a organização reforça a validade e confiabilidade de suas conclusões. Isso é particularmente importante em setores onde a evidência científica é essencial para validar a eficácia de programas e intervenções.

A transparência cria uma base sólida para o engajamento da comunidade. Quando as pessoas entendem como seus recursos estão sendo utilizados e veem os resultados tangíveis, estão mais propensas a apoiar e se envolver com a organização.

Ao seguir métodos científicos, a organização contribui para o conhecimento coletivo em seu campo de atuação. Isso não apenas valida suas ações, mas também pode ajudar outras organizações, pesquisadores e formuladores de políticas a aprender com suas experiências.

Embora os detalhes específicos de um relatório de impacto possam variar dependendo da área de atuação e dos objetivos específicos de uma organização não governamental (ONG), existem elementos-chave que podem ser considerados padrões e aplicáveis a uma ampla gama de organizações. Aqui estão alguns elementos fundamentais que devem ser incorporados em um relatório de impacto padrão para ONGs:

1. **Sumário Executivo:**

- Breve visão geral da Ong e sua história

- Carta da presidência/Diretoria da Ong. (foram encontradas algumas dessas cartas nas ongs analisadas)

2. Contextualização da Atividade:

- Contextualização da missão, visão e valores da organização.
- Descrição clara do propósito da ONG e seus objetivos.
- Descrição detalhada da causa ou problema social, ambiental ou comunitário que a organização se propõe a abordar.
 - Evidências que justifiquem a relevância e urgência da causa.
 - Organograma.

3. Eixo de Atuação:

- Explicação detalhada dos métodos utilizados para avaliar o impacto.
- Descrição das métricas e indicadores de desempenho empregados.
- Lista e descrição dos projetos e iniciativas específicos executados na área de atuação.
 - Destaque para as atividades mais impactantes ou inovadoras.

4. Indicadores de Desempenho:

- Detalhamento dos métodos e abordagens utilizados para abordar o problema.
- Estabelecimento de indicadores claros e mensuráveis relacionados ao eixo de atuação.
 - Descrição dos métodos de coleta e análise de dados para esses indicadores.
 - Consideração de fatores externos que podem ter influenciado os resultados.
 - Análise do progresso em relação às metas estabelecidas.
 - Avaliação dos resultados e impactos alcançados na área de atuação.
 - Demonstração de mudanças positivas e benefícios para os beneficiários.

5. Desafios Enfrentados e Melhorias necessárias:

- Identificação e discussão dos desafios enfrentados durante a implementação das atividades.

- Estratégias adotadas para superar esses obstáculos.

- Reflexão sobre lições aprendidas ao longo do período.

- Planos para melhorias contínuas e ajustes na abordagem.

- Descrição do envolvimento da comunidade nas atividades e decisões relacionadas à área de atuação.

- Medidas para garantir a participação e a voz dos beneficiários.

- Inclusão de imagens, gráficos ou outros materiais visuais que ilustrem as atividades e resultados do projeto.

6. Receitas e Despesas do Projeto:

- Detalhamento das fontes de receita específicas para cada projeto, assim como caso exista a Identificação de doadores, financiadores e contribuições próprias.

- Detalhamento das despesas relacionadas a cada projeto.

- Detalhamento das despesas e receitas separados nas categorias de despesas, como pessoal, materiais, logística, etc.

7. Contribuição para a Missão Global:

- Conexão entre o eixo de atuação específico e a missão global da organização.

- Demonstração de como o impacto alcançado contribui para o alcance dos objetivos organizacionais.

8. Sustentabilidade Financeira:

- Discussão sobre a sustentabilidade financeira de cada centro de custo.

- Estratégias para garantir a continuidade das atividades.

Em conclusão, a análise do relatório de impacto destaca que o manual previamente descrito tem relevância e aplicabilidade notáveis nas esferas de educação, assistência social e desenvolvimento comunitário. Embora seja potencialmente aplicável à área de saúde, é crucial ressaltar a necessidade de outras

métricas específicas para validar plenamente os impactos registrados durante sua implementação. Este documento, ao competir diretamente com as áreas mencionadas, fornece uma base sólida, mas a complementação com medidas adicionais é essencial para uma avaliação abrangente e precisa dos resultados alcançados em suas atividades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou evidenciar de maneira inequívoca a fundamental importância da base científica na exposição do impacto alcançado nos projetos da organização, conforme apresentado em seu relatório. A adoção de abordagens metodológicas sólidas, respaldadas por princípios científicos, não apenas valida os resultados obtidos, mas também fortalece a credibilidade da organização diante de seus diversos públicos.

Ao longo deste estudo, destacamos a contribuição essencial da base científica na garantia da confiabilidade dos dados apresentados, na precisão das análises de impacto e na sustentação das conclusões obtidas. A transparência na metodologia empregada não apenas atende a padrões éticos elevados, mas também responde à crescente demanda por prestação de contas rigorosa por parte dos financiadores, parceiros e da sociedade em geral.

A exposição detalhada da fundamentação científica não é apenas uma escolha metodológica; é uma declaração de compromisso com a excelência, aprendizado contínuo e melhoria constante. Ao submeter as intervenções a uma análise crítica, a organização não apenas valida seu impacto, mas também estabelece um ciclo virtuoso de avaliação, aprendizado e inovação.

Foi possível identificar também como a incorporação de métodos científicos na avaliação de projetos não apenas valida as intervenções, mas também oferece uma compreensão mais profunda do seu verdadeiro impacto. Como afirmado por Banerjee e Duflo, laureados com o Prêmio Nobel de Economia, "a aplicação rigorosa do método científico permite não apenas medir o sucesso ou o fracasso de uma intervenção, mas também entender por que funcionou ou não" (Banerjee & Duflo, 2019). Essa perspectiva vai além da simples quantificação de resultados, adentrando os meandros das dinâmicas complexas que moldam os efeitos das ações implementadas.

Neste contexto, fica claro que a base científica não apenas acrescenta robustez à avaliação de impacto, mas também serve como um farol orientador para as futuras iniciativas da organização. A compreensão aprofundada das causas e efeitos, respaldada por evidências científicas, capacita a organização a desenvolver estratégias mais eficazes, identificar áreas de crescimento e adaptar suas abordagens conforme necessário.

Em muitos casos, organizações precisam cumprir requisitos e normas estabelecidos por financiadores, órgãos reguladores ou parceiros. A padronização dos relatórios facilita a conformidade com esses padrões externos, evitando inconsistências e garantindo que a organização atenda às expectativas e exigências do ambiente em que está inserida. Relatórios de impacto consistentes e padronizados contribuem para a construção de uma marca sólida e confiável. Uma organização que apresenta informações de forma clara e organizada transmite uma imagem de profissionalismo e comprometimento, o que pode ser valioso para atrair apoio e parcerias.

Em última análise, a ideia de que a validação do impacto não deve ser apenas um exercício contábil, mas sim um processo enraizado na metodologia científica, capaz de fornecer insights profundos sobre as condições e os contextos que moldam os resultados. O desafio enfrentado por organizações é transcender a narrativa superficial dos números e, em vez disso, adotar uma abordagem rigorosa que permita uma análise holística das intervenções. A aliança entre ciência e prática não apenas valida o impacto alcançado, mas também pavimentam o caminho para um futuro em que as organizações, munidas de dados sólidos, possam continuar a fazer contribuições substanciais para a construção de sociedades mais justas, sustentáveis e equitativas. Desta forma, almeja-se que este estudo tenha colaborado para fortalecer e ampliar a discussão sobre a transparência dos relatórios de impacto e a inferência da base científica para validação dos seus impactos

REFERÊNCIAS

- Aleem, I. (1990). **Imperfect information, screening, and the costs of informal lending: a study of a rural credit market in Pakistan**. *The World Bank Economic Review*, 4(3), 329-349.
- ALBUQUERQUE, C. C. A. **Terceiro Setor: História e Gestão das Organizações**. São Paulo: Summus, 2006.
- ALVES, M. A.; KOGA, N. M. **Um passo para frente, um passo para trás: a reforma do marco legal do terceiro setor à luz da teoria institucional**. ENANPAD, 27., 2003, Atibaia. Anais... Atibaia: ANPAD, 2003.
- ANDERLONI, Luisa; BRAGA, Emanuele Maria; CARLUCCIO, Emanuele Maria. **New Frontiers in Banking Services**. Berlin: Springer Science & Business Media, 2007.
- Ashraf, N., Karlan, D., & Yin, W. (2006). **Tying Odysseus to the Mast: evidence from commitment savings products in the Philippines**. *The Quarterly Journal of Economics*, 121(2), 635-672.
- BANERJEE, Abhijit. DUFLO, Esther. **A Economia dos Pobres: uma nova visão sobre a desigualdade**, 2021.
- Batliwala, S. (1994). **“The meaning of women’s empowerment: new concepts from action”**. In. G. Sen, A. Germain & L.C.Chen (eds.), *Population policies reconsidered: health, empowerment and rights*, pp.127-138. Boston: Harvard University Press.
- Berry, J., Karlan, D., & Pradhan, M. (2018). **The impact of financial education for youth in Ghana**. *World Development*, 102, 71-89. Disponível em: < <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2017.09.011>>. Acesso em: 5 Outubro. 2023.
- Banerjee, A., & Mullainathan, S. (2010). **The Shape of Temptation: Implications for the Economic Lives of the Poor**. NBER Working Paper, 15973.
- BORRILLO, D. **Homofobia**. Espanha: Bellaterra, 2001.

CARDOSO JUNIOR, J. C., & JACCOUD, L. (2005). **Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal**. In L. Jaccoud (Org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo* (p. 221). Brasília: IPEA.

CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012. Aprova a ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros**. Diário Oficial, Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2012/001409>. Acesso em: 24 Outubro. 2023.

_____. Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 10.19 - **Entidade sem finalidades de lucros**, 1999. Disponível em: . Acesso em: 18 Outubro. 2023.

CÉSAR, A. M. R. V. C.; PEREZ, G. **Desempenho da área de recursos humanos e desempenho econômico-financeiro** – um estudo exploratório sobre a mensuração do valor gerado pelas pessoas. 9º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 30 e 31 de julho de 2009. Acesso em: 11 Nov. 2023.

COAD, L., CAMPBELL, L. A., MILES, L., & HUMPHRIES, K. (2008). **The costs and benefits of protected areas for local livelihoods: a review of the current literature. Working Paper**. Cambridge, U.K: UNEP World Conservation Monitoring Centre

COSTA, R. S.; MARION, J. C. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, v. 18, n. 43, p. 20-33, 2007.

COHEN, E. e FRANCO, R. (1993), **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes.

COSTA, F. L. da; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 37, n. 5, p. 969 a 992, 2003. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6509>. Acesso em: 11 nov. 2023.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2. ed., 2010.

CROCCO, Marco Aurelio; SANTOS, Fabiana; FIGUEIREDO, Ana. **Exclusão financeira no Brasil: uma análise regional exploratória**. Revista de Economia Política, [s. l.], v. 33, n. 3, p. 505–526, 2013.

DellaVigna, S. (2009). **Psychology and economics: evidence from field**. Journal of Economic Literature, 472, 315-372.

DYMSKI, Gary. **Exclusão e Eficiência: a transformação global do Core Banking, um estudo de caso sobre o Brasil**. In: Sistema Financeiro. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, p. 255–283, 2008.

EBRAHIM, Alnoor. **Accountability in practice: mechanisms for NGOs**. World Development, v.31, n.5, p.813–829, may 2003. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X03000147>>. Acesso em: 15 Outubro 2023.

EDWARDS, Michael; HULME, David. **Too close for comfort? The impact of official aid on nongovernmental organizations**. World Development, v.24, n.6, p.961–973, 1996. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0305750X96000198>>. Acesso em: 15 Outubro 2023.

FALCONER, A. P. **A promessa do Terceiro Setor – Um estudo sobre a construção do papel das Organizações Sem Fins Lucrativos e do seu campo de gestão**. Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP, WHO. **The state of food security and nutrition in the world 2023: urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural-urban continuum**. Rome: FAO; 2023

FERRAREZI, E. **O Novo Marco Legal do Terceiro Setor no Brasil**. III encuentro de La Red Lationamericana y del Caribe de la Sociedad Internacional de Investigación del Tercer Sector (ISTR) – Perspectivas Latinoamericanas sobre el Tercer Sector. Buenos Aires, Argentina, set. 2001

FRUMKIN, Peter; KIM, Mark T. **Strategic positioning and the financing of nonprofit organizations: is efficiency rewarded in the contributions marketplace?** Public Administration Review, v. 61, n.3, p.266–275, 2001. Disponível em:<<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/0033-3352.00029/abstract>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

GALVAO, Taís Freire; PEREIRA, Mauricio Gomes. **Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração.** Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, v. 23, n. 1, p. 183-184, mar. 2014.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GGB. Grupo Gay da Bahia. Disponível em: <http://www.ggb.org.br>. Acesso em: 01/05/2014. _____. **Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil: relatório 2014/2015.** Disponível em:<<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2015/01/relatc3b3rio-2014.pdf>>. Acesso em: 08 de setembro de 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. -São Paulo: Atlas, 2002

THE WORLD BANK. **Good Practices for Financial Consumer Protection.** USA, 2014

IEIRA, S. F. A.; BATAGLIA, R. T. M.; SEREIA, V. J. **Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do Norte do Paraná.** Revista de Administração da Unimep, v. 9, n. 3, p. 61-86, 2011.

INSTITUTO FONTE. **Pesquisa sobre redução de investimentos estrangeiros em ONGs.** Disponível em: < https://new.institutofonte.org.br/wp-content/uploads/2017/12/pesquisa_D3_0.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023

Jensen, Robert T. e Nolan H. Miller. 2008. **Comportamento de Giffen e consumo de subsistência.** Revisão Econômica Americana, 98 (4): 1553-77.

Kabakova, O., & Plaksenkov, E. (2018). **Analysis of factors affecting financial inclusion: Ecosystem view**. *Journal of Business Research*, 89: 198–205. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2018.01.066>. Acesso em: 15 Outubro 2023.

KABEER, Naila. **Reversed Realities: gender hierarchies in development thought**. Londres: Verso, 1994.

Kabeer, N. (1999). **“Resources, Agency, Achievements: Reflections on the measurement of women’s empowerment.”** *Development and Change*, Vol. 30, no. 3, pp.435-464.

Kahneman, D. (2012). **Rápido e devagar: duas formas e pensar** (1. ed.). São Paulo: Objetiva.

KEMPSON, Elaine et al. **In or out?** London FSA, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELLO, L.; AVELAR, R. B.; BRITO, W. **Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil**. *Revista de estudos feministas*, n. 22, v. 1, 297-320, 2014.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Cidadania. OSCIP. Consultar entidades. Disponível em: . Acesso em: 06 outubro. 2023

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003

NAJAM, Adil. **NGO accountability: a conceptual framework**. *Development Policy Review*, v.14, n.4, p.339–353, 1996. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-7679.1996.tb00112.x/abstract>>. Acesso em: 15 Outubro 2023.

O'DWYER, Brendan; UNERMAN, Jeffrey. **The paradox of greater NGO accountability: a case study of Amnesty Ireland**. *Accounting Organizations and Society*, v.33, n.7, p. 801–24, 2008. Disponível em: . Acesso em: 13 Outubro 2023.

OLAK, Paulo Arnaldo. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor)**. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, Irani Maria da Silva. **Uma investigação sobre a prestação de contas das entidades do terceiro setor brasileiro**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Ciências Contábeis, 2009. Disponível em: < <http://www.controladoria.ufpe.br> >. Acesso em: 13 Novembro. 2023.

PARANHOS, Ranulfo; FILHO, Dalson Britto Figueiredo; ROCHA, Enivaldo Carvalho Da; JÚNIOR; José Alexandre Da Silva; FREITAS, Diego. **Uma introdução aos métodos mistos**. Sociologias, Porto Alegre, ano 18, no 42, p. 384-411, 2016.

PERES, T. H. A. **Comunidade Solidária – A proposta de um outro modelo para as políticas sociais**. Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 5, n. 1, jan./jun. 2005.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, L. M. P.; TIMÓTEO, A. C. **A adoção dos controles internos em uma organização do terceiro setor como sustentabilidade econômica: um estudo de caso em uma associação de Minas Gerais**. Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 9, n. 17, p. 61-82, 2012.

ROBERTS, John. **Trust and control in Anglo-American systems of corporate governance: the individualizing and socializing effect of processes of accountability**. Human Relations, v.54, n.12, p.1547–1572, 2001. Disponível em: < <http://hum.sagepub.com/content/54/12/1547.short> >. Acesso em: 15 Outubro 2023.

SANTOS, C. G. D.; CARRION, R. S. M. **Sobre a governança da cooperação internacional para o desenvolvimento: atores, propósitos e perspectivas**. Revista de Administração Pública, v. 45, n. 6, p. 1847-1868, 2008.

Sardenberg, Cecilia. **Women’s empowerment in Brazil: tensions in discourse and practice**. Development 53(2), 2010, pp.232-238.

SCHEEFFER, Fernando; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **As diretrizes do Programa Bolsa-Família: uma análise crítica.** Revista Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 7-17, jul./dez. 2008.

Sen, Gita. **Empowerment as an Approach to Poverty.** Background Paper to the 1997 Human Development Report. Bangalore, Indian Institute of Management Bangalore, 1997.

SERJE, M. (2017). **Social relations: a critical reflection on the notion of social impacts as change.** Environmental Impact Assessment Review, 65, 139-146.

SHAH, A. K.; MULLAINATHAN, S.; SHAFIR, E. **Some consequences of having too little.** Science, v. 338, n. 6107, p. 682-685, 2012.

Silva Junior, A. V., Barreto, B. R., & Farias Filho, J. R. (2019). **Gestão de valor em projetos de TI: um estudo sobre organizações no Brasil.** Gestão & Produção, 26(2), e3064. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/0104-530X-3064-19>>. Acesso em: 27 Outubro 2023.

SIMPSON, Wayne; BUCKLAND, Jerry. **Examining evidence of financial and credit exclusion in Canada from 1999 to 2005.** The Journal of Socio-Economics, [s. l.], v. 38, p. 966–976, 2009.

SOARES, I. O.; FERRAZ, L. **Associação Brasileira de Organizações Não governamentais.** In: COSTA, C. (org.) Gestão da Comunicação: Terceiro Setor, Organizações Não Governamentais, Responsabilidade Social e Novas Formas de Cidadania. São Paulo: Atlas, 2007.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação.** Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan./abr. 2017.

SLOMSKI, Valmor et al. **Contabilidade do terceiro setor: uma abordagem operacional aplicável às associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas.** São Paulo: Atlas, 2012.

Stromquist, Nelly P. (2002). “**Education as a means for empowering women**”. In J. Parpart, S. Rai & K. Staudt (eds), Rethinking empowerment: gender and development in a global/local world. London: Routledge, pp.22-38.

VANCLAY, F., WITH, E. A. M., AUCAMP I., & Franks, D. M. (2015). **Social impact assessment: guidance for assessing and managing the social** ISSN 1982-2596 RPCA | Rio de Janeiro | v. 12 | n. 1 | jan./mar. 2018 | 61-75 | 75 impacts of projects. Fargo: International Association for Impact Assessment.

VIZZOTTO, Marília; ROSSI, Valquiria; DIAS, Maiango; RUSRICCI, Roberto; FARHAT, Cecília V., REIDHL, André. **Breve reflexão sobre a importância do método científico**. Psicólogo inFormação ano 20, n° 20, jan./dez. 2016.